



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO

Maria Manuela Baptista Carneiro Dias

Turismo e Comunidade Local – as duas faces de uma mesma moeda:
um estudo de caso na zona ribeirinha de Vila Nova de Gaia

Trabalho realizado sob orientação da
Prof^a Doutora Maria Isabel Andrés Marques

Junho 2019



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO

Maria Manuela Baptista Carneiro Dias

Turismo e Comunidade Local – as duas faces de uma mesma moeda:
um estudo de caso na zona ribeirinha de Vila Nova de Gaia

Dissertação de Mestrado

Gestão de Turismo

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona do Porto no dia 14/06/2019, perante o júri seguinte:

Presidente: Prof^a. Doutora Maria Teresa Ribeiro Candeias (Prof^a Auxiliar da Universidade Lusófona do Porto).

Arguente: Prof^a. Doutora Alexandra Maria de Almeida Matos Pereira (Prof^a Auxiliar da Universidade Lusófona do Porto).

Orientador: Prof^a. Doutora Maria Isabel Andrés Marques (Prof^a Associada da Universidade Lusófona do Porto).

Junho 2019

É autorizada a reprodução integral desta tese/dissertação apenas para efeitos de investigação, mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.

RESUMO

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (2016), durante décadas o turismo teve um crescimento contínuo e uma diversificação profunda até se tornar num dos setores económicos que cresce com maior rapidez em todo o mundo.

Atualmente o volume de negócios do turismo é igual ou superior ao das exportações de petróleo, produtos alimentares e automóveis, o que torna o turismo um motor chave do progresso socioeconómico e uma das principais fontes de receita de diversos países em desenvolvimento (OMT, 2017). Sendo um importante agente de mudança, causa impactos de diversos tipos: económicos, ambientais e socioculturais.

O desenvolvimento do turismo em Portugal acompanha a tendência mundial e as cidades do Porto e Vila Nova de Gaia são um bom exemplo disso. De acordo com dados do Pordata de 2018, Vila Nova de Gaia viu nascer em 2017 mais 5 estabelecimentos hoteleiros face ao ano anterior, registando cerca de mais 40 mil hóspedes. Este aumento na atividade turística provocou impactos na cidade: impactos económicos, pela entrada de turistas na cidade e receitas geradas, entre outros; impactos socioculturais pela interação entre turistas e residentes, pela revitalização dos costumes locais, como por exemplo, o artesanato; e ambientais ao nível de congestionamento, lixo, consumo de água, entre outros.

Assim, devido ao aumento de turistas na cidade e consequentemente na zona ribeirinha onde se situam as caves do vinho do Porto, surge o objetivo da presente dissertação: perceber qual a perceção dos residentes e comerciantes da zona ribeirinha de Vila Nova de Gaia sobre a atividade turística e os seus impactos, após o encerramento da via ao trânsito automóvel.

A metodologia utilizada é de natureza quantitativa, assente na aplicação de um inquérito por questionário e na sua análise. Sustentada numa lógica dedutiva, pretende-se analisar qual a perceção dos residentes e comerciantes dos impactos que o encerramento da via pode ter aos níveis - económico, ambiental e sociocultural.

Palavras-chave: impactos do turismo; perceção dos impactos; zona ribeirinha; população residente; mobilidade; qualidade de vida.

ABSTRACT

According to the World Tourism Organization (2016), for decades the tourism had a continued growth and deep diversification to become an economic sector that grows more quickly around the world.

Currently the tourism bussiness' volume is equal or higher than the exports of oil, food and automobiles, this makes tourism a key engine of economic progress and a major source of revenue for several countries in development (WTO, 2017). Being an important agent of change, it causes impacts of various types: economic, environmental and socio-cultural.

The development of tourism in Portugal follows the global trend and the cities of Porto and Vila Nova de Gaia are a good example of this. According to the data of Pordata of 2018, in 2017 Vila Nova de Gaia had more 5 hotels in relation to the previous year, recording around more 40 thousand guests. This increase in tourist activity caused impacts on the city: economic impacts, by the entry of tourists in town and revenue generated, among others; sociocultural impacts by the interaction between tourists and residents, for the revitalization of local customs, as for example, the crafts; and environmental as the level of congestion, litter, water consumption, among others.

Thus, due to the increase of tourists in the city and consequently on the riverside area where the Port wine cellars are, the goal of this dissertation emerge: understand the perception of residents and merchants of the riverside area of Vila Nova de Gaia about touristic activity and their impacts after the route closure to the traffic.

The methodology used is of quantitative nature, based on the application of an enquiry by questionnaire and in your analysis. Sustained in a deductive logic, it means to analyze what is the perception of residents and merchants of the impact that the closure of the route can have on economic, environmental and sociocultural levels.

Keywords: impacts of tourism; perception of impacts; riverside area; resident population; mobility; quality of life.

RESUMÉ

Selon l'Organisation Mondiale du Tourisme (2016), pendant des décennies le tourisme avait une continue croissance et une diversification profonde pour devenir dans un secteur économique qui pousse plus rapidement dans le monde entier.

Actuellement, le volume d'affaires du tourisme est égal ou plus élevé que les exportations de pétrole, de nourriture et d'automobiles, ce qui fait du tourisme un moteur clé du progrès socioéconomique et une source importante de revenu pour plusieurs pays en développement (OMT, 2017). Étant un important agent de changement, cause les impacts de divers types : impacts économiques, environnementaux et socioculturels.

Le développement du tourisme au Portugal accompagne la tendance mondiale et les villes de Porto et Vila Nova de Gaia sont un bon exemple de cela. Selon les données de Pordata de 2018, en 2017 Vila Nova de Gaia avait plus 5 établissements hôteliers par rapport à l'année précédente, enregistrement environ plus 40 mille hôtes. Cette augmentation de l'activité touristique a provoqué des impacts sur la ville : les impacts économiques, par l'entrée des touristes dans la ville et des recettes provenant, entre autres ; impacts socioculturels par l'interaction entre les touristes et les résidents, pour la revitalisation des coutumes locales, comme par exemple, l'artisanat ; et les environnementaux au niveau de congestion, poubelle, consommation d'eau, entre autres.

Donc, en raison de l'augmentation des touristes dans la ville et par conséquent sur la zone riveraine où les caves du vin de Porto sont situés, l'objectif de cette thèse survient : comprendre quelle est la perception des résidents et les commerçants de la zone riveraine de Vila Nova de Gaia sur l'activité touristique et ses impacts après la fermeture de la circulation routière.

La méthodologie utilisée est de nature quantitative, basée sur l'application d'une enquête pour questionnaire et dans son analyse. Soutenue dans une logique déductive, se prétend analyser quelle est la perception des résidents et des commerçants de l'impact que la fermeture de la route peut avoir aux niveaux - économiques, environnementaux et socioculturels.

Mots clés : impacts du tourisme; perception d'impacts; zone riveraine ; population résidente; mobilité; qualité de vie.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a todas as pessoas que me acompanharam, que me apoiaram e que me incentivaram a terminar este meu percurso académico tardio.

Obrigada professora Doutora Maria Isabel Andrés Marques, pela paciência, profissionalismo, orientação e ajuda que me deu ao longo da elaboração desta Tese de Mestrado.

Obrigada à minha colega Vanessa Maia, por me apoiar e ajudar quando me surgiram dúvidas e pela paciência em me ouvir.

Obrigada à minha amiga Dália Ferreira por me incentivar sempre e acreditar em mim, mesmo quando eu não acreditava, por me apoiar neste percurso académico desde o início e me dizer que eu conseguiria, mesmo quando eu, por vezes, duvidei.

E finalmente, e como não podia deixar de ser, obrigada à minha família, sem a qual seria impossível ter realizado e finalizado este projeto, a minha mãe, a minha tia, a minha filha, irmão, irmã e cunhado. E uma palavra para o meu pai, que, apesar de a meio desta aventura académica, nos ter deixado, sempre me apoiou neste projeto.

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	ix
ÍNDICE DE TABELAS.....	x
ÍNDICE DE IMAGENS.....	xi
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I - REVISÃO DE LITERATURA.....	4
1.1 O Turismo e a sua Problemática.....	5
1.1.1 Evolução Histórica do Turismo.....	5
1.1.2 Turismo Urbano	7
1.1.2.1 Os quatro R's Urbanos (Reabilitação, Revitalização, Renovação e Requalificação)	11
1.1.3 Turismo nas cidades patrimoniais	12
1.1.4 Impactos do Turismo	17
1.1.4.1 Impactos ambientais	22
1.1.4.2 Impactos económicos	24
1.1.4.3 Impactos socioculturais	26
1.2 Trânsito e Transportes	31
1.2.1 Mobilidade.....	31
1.3 População residente	36
1.3.1 Benefícios/custos de desenvolvimento turístico para a população residente....	41
1.3.2 Proximidade geográfica da população residente, às atrações turísticas.....	44
1.4 Qualidade de vida	48
CAPÍTULO II - INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA	53
2.1 Pressupostos Teórico-metodológicos	54
2.2 Objectivo e Hipóteses	56
2.2.1 Objectivo	56
2.2.2 Hipóteses	56
2.3 Metodologia	59
2.3.1 Instrumento Metodológico	59
2.4 Universo e Amostra.....	61
2.5 Localização da zona de estudo	61
CAPÍTULO III - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	64

3.1	Caracterização da Amostra.....	65
3.2	Análise e Discussão dos Resultados	69
3.3	Validação das Hipóteses.....	75
CONCLUSÃO.....		77
LIMITAÇÕES DO ESTUDO E INVESTIGAÇÕES FUTURAS.....		79
BIBLIOGRAFIA		80
ANEXOS.....		85

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico nº 1 – Residentes	65
Gráfico nº 2 – Comerciantes	65
Gráfico nº 3 - Residentes e Comerciantes	65
Gráfico nº 4 – Há quanto tempo reside	65
Gráfico nº 5 – Há quanto tempo é comerciante.....	66
Gráfico nº 6 – Atividades ligadas à restauração	67
Gráfico nº 7 – Atividades ligadas à hotelaria	67
Gráfico nº 8 – Atividades ligadas ao turismo	67
Gráfico nº 9 – Atividades ligadas ao comércio	67
Gráfico nº 10 – Atividades não relacionadas com o turismo	67
Gráfico nº 11 – Residentes e Comerciantes foram ouvidos?	67
Gráfico nº 12 – Idade	68
Gráfico nº 13 – Habilitações Literárias	68
Gráfico nº 14 – Rendimento Mensal	69
Gráfico nº 15 – Impactos Sociais	70
Gráfico nº 16 – Impactos Económicos	72
Gráfico nº 17 – Impactos Ambientais	74
Gráfico nº 18 – Impactos na Economia Local Residentes/Comerciantes.....	77
Gráfico nº 19 – Impactos na Economia Familiar Residentes/Comerciantes.....	78
Gráfico nº 20 – Impactos Sociais Residentes/Comerciantes.....	78
Gráfico nº 21 – Impactos Ambientais Residentes/Comerciantes.....	79

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela nº 1 – Hipóteses	56
Tabela nº 2 – Estatística – Impactos Sociais	71
Tabela nº 3 – Estatística – Impactos Económicos	73
Tabela nº 4 – Estatística – Impactos Ambientais	75
Tabela nº 5 – Validação das Hipóteses	73
Tabela nº 6 – Média.....	80

ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem nº 1 – Foto aérea do local de intervenção.....	61
Imagem nº 2 – Zona de intervenção	62
Imagem nº 3 – Fases da intervenção	62

INTRODUÇÃO

No âmbito do mestrado de Gestão de Turismo, foi elaborada uma pesquisa de carácter científico sobre a percepção da comunidade local sobre os impactos do turismo.

O turismo no Porto e Vila Nova de Gaia tem vindo a aumentar nos últimos anos, não só pela sua classificação por parte da Unesco, mas também pela sua história remota (a cidade do Porto começou a ser construída no Séc. III, na época dos romanos), arquitetura diversa, as suas pontes e o rio que serpenteia a cidade, a gastronomia e o famoso vinho do porto, tão apreciado por esse mundo fora (o vinho do porto começou a ser exportado no séc. XIV).

O crescimento do turismo na cidade do Porto e Vila Nova de Gaia, como em outras cidades patrimoniais, tem vindo a causar algum desconforto na comunidade local, devido ao aumento de pessoas a circular nas duas cidades, interligadas entre si e também devido às obras de melhoramento das infraestruturas e nos equipamentos.

As obras de reabilitação do pavimento na área ribeirinha de Vila Nova de Gaia foram executadas em três fases, desde maio de 2017 até ao início de 2018, período em que o trânsito foi suprimido da área. Durante o período das obras, a comunidade local sofreu vários constrangimentos e incertezas, tendo sido um dos fatores que motivou o desenvolvimento do presente estudo.

Deste modo, a presente Dissertação tem como principal objetivo avaliar a percepção que os residentes e comerciantes da zona ribeirinha de Vila Nova de Gaia têm sobre os impactos (económicos, ambientais e socioculturais) da atividade turística e do processo de encerramento do trânsito automóvel da zona de estudo.

A Dissertação desenvolve-se em três partes. A parte I será dedicada à revisão da literatura onde serão abordados temas que vão desde a evolução histórica do turismo ao turismo urbano e patrimonial, passando pelos impactos económicos, ambientais e socioculturais nas comunidades locais.

Segundo Rushmann (Ferreira, 2005), os impactos do turismo referem-se às modificações provocadas pelo processo de desenvolvimento turístico nos destinos.

Visto que o desenvolvimento turístico contribui para a economia do destino, existe todo um conjunto de alterações e construções nos locais, para que haja condições de receber os turistas, que causam impactos quer positivos, quer negativos. Os impactos do turismo podem ser de três tipos distintos – económicos, ambientais e socioculturais.

Os impactos do turismo são a consequência de um processo complexo de interação entre os turistas e as comunidades recetoras (Oliveira, M. e Salazar, A., 2011).

Irá também ser abordado o tema do trânsito e mobilidade, necessário quando se fala em turistas, e pertinente quando o tema abordado nesta Dissertação são os impactos do turismo na zona ribeirinha de Vila Nova de Gaia, após o encerramento da via ao trânsito automóvel. Perim, T. et al (2017) consideram que a capacidade de transporte de uma determinada região pode ser considerada como um fator essencial para o desenvolvimento económico do turismo.

De seguida aborda-se o tema da população residente, visto que os impactos do turismo são percecionados pelos residentes, e o tema abordado faz referência aos impactos sentidos pelos mesmos, após o encerramento da via ao trânsito automóvel, que de certa forma, irá afetar a mobilidade e o dia-a-dia dos residentes. Brunt, P. e Courtney, P. (1999) afirmam que o turismo altera a estrutura da comunidade das cidades com consequentes efeitos na atitude dos seus residentes.

A revisão da literatura finaliza com uma abordagem ao tema da qualidade de vida. Os impactos na qualidade de vida dos residentes de locais turísticos só recentemente tem vindo a ser objeto de estudo, pois torna-se difícil definir o conceito, assim como medir a qualidade vida, pois apesar de ser considerado um valor universal, existem especificidades que diferem de indivíduo para indivíduo.

Para Carneiro, M. e Eusébio, C. (2015) a qualidade de vida pode ser medida por aspetos gerais ou por domínios específicos, como o bem-estar emocional e psicológico, as relações sociais, bem-estar material e desenvolvimento pessoal.

A parte II desta Dissertação refere-se à investigação empírica efetuada. Neste capítulo serão apresentados os pressupostos teórico-metodológicos onde irá ser descrita a metodologia utilizada nesta pesquisa, os objetivos desta Dissertação e as hipóteses colocadas.

As hipóteses aqui levantadas surgem da leitura efetuada para a revisão da literatura, essencialmente sobre a perceção dos impactos do turismo, mas também das temáticas acima referidas que constam da Parte I da Dissertação.

Irá ser descrito o instrumento metodológico utilizado nesta pesquisa, tendo sido escolhido o inquérito por questionário, dividido em duas partes, uma parte de caracterização sociodemográfica e uma parte relativa aos impactos do turismo, divididos por impactos económicos, impactos ambientais e impactos socioculturais. O questionário

foi aplicado presencialmente a uma amostra de 160 residentes e comerciantes da zona ribeirinha de Vila Nova de Gaia, entre os dias 16 de Julho e 27 de Julho de 2018.

O questionário pretende avaliar a perceção dos residentes e comerciantes dos impactos do turismo após o encerramento da zona ribeirinha de Vila Nova de Gaia ao trânsito automóvel, tendo sido efetuado apenas a residentes e comerciantes dessa área de intervenção.

A Parte III da presente dissertação é dedicada à análise e discussão dos resultados onde será feita a caracterização da amostra e a análise descritiva dos dados obtidos, expressa em gráficos para melhor entender as respostas obtidas. Foram feitas tabelas para verificar a média, a mediana e o desvio padrão das questões dos impactos económicos, ambientais e socioculturais.

A Parte III é finalizada com a validação das hipóteses levantadas nesta pesquisa.

Assim, esta Dissertação tem como principal objetivo aprofundar os conhecimentos sobre a perceção dos impactos do turismo através da revisão da literatura, pondo em prática a metodologia de investigação, e consolidar o método de pesquisa e investigação necessários para a sua elaboração. Ao mesmo tempo, pretende-se avaliar quais as perceções dos residentes e comerciantes, sobre os impactos económicos, ambientais e socioculturais que o encerramento da zona ribeirinha de Vila Nova de Gaia ao trânsito automóvel tiveram e têm nesta área.

Estudar os impactos que o Turismo tem para as comunidades locais é muito importante para que o desenvolvimento desta atividade se possa fazer de forma sustentável. Sendo a área de estudo uma das áreas mais visitadas pelos turistas que procuram o Porto, por aqui se localizarem as caves do vinho do Porto, é pertinente que este tipo de estudos se efetuem para que as entidades responsáveis pelo desenvolvimento do turismo nos destinos, possam delinear estratégias positivas, integradoras e aceites por todas as partes que integram o sistema turístico.

CAPÍTULO I

REVISÃO DE LITERATURA

1.1 O Turismo e a sua Problemática

1.1.1 Evolução Histórica do Turismo

Definir Turismo é vasto, visto que existem inúmeras definições. No entanto, não se poderá fazê-lo sem antes definir turista. Este conceito foi alvo de diversas alterações desde 1838, quando aparece documentado nas *Mémoires d'un Touriste de Stendhal* e passa assim a generalizar-se a expressão turista. Atualmente a definição adotada pela ONU (1993) é de que:

Turista é todo o visitante que passa pelo menos uma noite num estabelecimento de alojamento coletivo ou num alojamento privado no local visitado.

Assim como a palavra turista, também o conceito de turismo sofreu alterações ao longo dos tempos. A OMT identifica o turismo como “as atividades das pessoas que viajam”, outros autores consideram o turismo um sistema e outros há que concebem o turismo como um fenómeno.

A primeira definição surgiu em 1910 com o austríaco Herman Von Schullern zu Schrattenhoffen que lhe dá um ênfase meramente económico (cit. in Cunha, 2010, p. 10):

Turismo é o conjunto de todos os fenómenos, em primeiro lugar de ordem económica, que se produzem pela chegada, estada e partida de viajantes numa comuna, província ou estado determinado e, por consequência estão diretamente ligadas entre eles.

Em 1930 Borman define o turismo como “o conjunto de viagens cujo objetivo é o prazer ou por motivos comerciais ou profissionais ou outros análogos e durante os quais a ausência de residência habitual é temporal. Não são turismo as viagens realizadas para se deslocar ao local de trabalho” (Borman, cit. in Cunha, 2010, p.10). Borman acrescenta os negócios como um dos motivos para viajar e o carácter temporal da deslocação.

Em 1942, Hunziker e Krapf, definem turismo sendo o “conjunto das relações e fenómenos originados pela deslocação e permanência das pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que tais deslocações e experiências não sejam utilizadas para o exercício de uma atividade lucrativa principal, permanente ou temporária” (Hunziker e Krapf, cit. in Cunha, 2010, p.11).

Hunziker e Kraft acrescentam a deslocação para fora do local de residência, mas que não seja para exercer uma atividade remunerada. Esta definição foi adotada pela

AIEST – *Association Internationale d'Experts Scientifiques du Tourisme*, e foi dominante por algum tempo.

Em 1982, Mathienson e Wall definem turismo como “o movimento temporário de pessoas para destinos fora dos locais normais de residência e de trabalhos, as atividades realizadas durante a estada, e as facilidades criadas para satisfazer a necessidade dos turistas” (Mathienson e Wall, cit. in Cunha, 2010, p. 11). Os autores acrescentam a procura e a oferta turística ao falar nas “atividades realizadas” e nas “facilidades criadas”.

McIntosh et al, em 1995, definem turismo como sendo “a soma dos fenómenos e relações resultantes da interação dos turistas, fornecedores de negócios, governos e comunidades anfitriãs no processo de atrair e receber estes turistas e outros visitantes” (McIntosh et al., cit. in Cunha, 2010, p. 12). Os autores com esta definição acrescentam a interação dos vários stakeholders envolvidos na atividade turística.

Atualmente e de acordo com Theobald (1998) é possível encontrar dois tipos de definição de turismo, por um lado sob o ponto de vista concetual, cujo objetivo é encontrar uma definição capaz de fornecer um instrumento teórico que permita identificar as características essenciais do turismo e distingui-lo das restantes atividades, por outro lado, sob o ponto de vista técnico, de forma a permitir obter informações para fins estatísticos e legislativos.

Pode-se então definir turismo do ponto de vista concetual como “o conjunto de atividades desenvolvidas pelos visitantes em razão das suas deslocações, as atrações e os meios que as originam, as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades e os fenómenos e relações resultantes de umas e de outras” (Cunha, 2010, p. 19). Do ponto de vista técnico pode-se definir turismo como “o conjunto das atividades desenvolvidas por pessoas durante as viagens e estadas em locais situados fora do seu ambiente habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, negócios e outros fins” (OMT,1994).

A definição de Jafar-Jafari introduz ao conceito de turismo os impactos gerados no destino recetor. Assim, o autor define turismo como “o estudo do homem longe do seu local de residência, da indústria que satisfaz as suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físico, económico e sociocultural da área recetora” (Jafar-Jafar, cit. in Cunha, 2010, p. 13).

Muito ainda estará para estudar e muitas mais definições irão possivelmente surgir, tanto mais, que o turismo é um conceito em constante mudança e evolução, que depende

quer das motivações dos visitantes, quer das ofertas dos destinos visitados, bem como da conjectura económica, social e cultural que se vai vivendo a nível mundial e que leva à constante mudança e transformação dos países e das sociedades em geral.

1.1.2 Turismo Urbano

O turismo urbano é um dos conceitos dentro do turismo a abordar neste trabalho, visto que o objeto de estudo é a cidade de Vila Nova de Gaia.

No entender de Merlin, 2001 (cit. in Peixoto, 2003, p. 218) “a partir dos anos 60 do século XX, o turismo tornou-se um fenómeno global massificado. Ainda que o turismo urbano tenha ficado inicialmente à margem desta massificação, a cidade é, hoje em dia (a par do litoral e do campo, e antes das montanhas), um dos quatro grandes destinos de férias. No domínio das estadias de curta duração (menos de quatro noites), as cidades assumem-se como o principal destino à escala europeia, concentrando 50% da procura.

O conceito de turismo urbano refere-se ao consumo de determinadas dimensões tipicamente associadas ao espaço da cidade, tais como a arquitetura, os monumentos ou parques, assim como ao plano cultural como os museus. (Ferreira, 2016).

O fascínio das cidades surge aliado, hoje como nunca, à sua temporalidade e, por isso, a cidade histórica e monumental é uma das principais atrações turísticas dos nossos dias (Fortuna, 1996).

De acordo com Olsen, 1986 (cit. in Fortuna, 1995, p. 22), o turista “dá atenção a tudo aquilo que distingue a cidade que visita da sua própria, às particularidades que lhe conferem um aspeto diferente, permitindo-se fazer comparações que nunca ocorreriam às pessoas para quem esta cidade é o espaço do seu quotidiano”.

De fato, esta distinção que o turista procura ao viajar para outras cidades que não a sua, leva à crescente movimentação de turistas a que se tem assistido nas últimas décadas, bem como à criação de infraestruturas e atividades nas cidades visitadas.

Assim, como refere Fortuna (1995, p. 15), o “bem-estar do turista revela-se na sua capacidade de viajar, apropriar-se e consumir uma variedade de produtos postos à sua disposição. A lógica da satisfação deste impulso consumista teve desde sempre um efeito colateral sobre a constituição, alargamento ou melhoria de infraestruturas e equipamentos: meios de comunicação e transportes, estruturas de acolhimento/alojamento, tecnologias organizacionais, etc.”

É realmente o que se tem vindo a verificar nos últimos anos na região do Grande Porto, e nas cidades portuguesas, que têm assistido a uma procura crescente dos turistas.

De acordo com Frias e Peixoto, 2001 (cit. in Peixoto, 2003, p. 218), o turismo urbano “depende crescentemente da existência de cenografias que estimulem a atividade sensorial dos turistas”.

Segundo Fortuna, 1999 (cit. in Peixoto, 2003, p. 218), “o que há de novo quando olhamos para o turismo urbano é que, para além da importância do fascínio exercido pela temporalidade simbolizada nos monumentos e na arquitetura, há outros fatores de estetização que derivam dos estilos de vida, dos quotidianos e dos espaços urbanos que a indústria turística e de lazer promove e comercializa, que são igualmente importantes para percebermos a expansão do mercado urbano do turismo e lazer”.

No entanto, aquilo a que assistimos nos nossos dias e sendo um efeito do processo de globalização, as cidades tornam-se iguais entre si, como refere Fortuna e Ferreira (1996, p. 7), “à medida que nas cidades se implantam as mesmas redes de pronto-a-vestir e pronto-a-comer, os mesmos sistemas de transportes e comunicações, os mesmos hotéis e lojas comerciais”.

Também Page, 1995 (cit. in Peixoto, 2003, p. 223), afirma que “associada a uma retórica de criação de lugares e de experiências únicas, os modelos de desenvolvimento dos centros urbanos antigos acabam, muitas vezes, por levar a que esses espaços se pareçam cada vez mais uns com os outros. Na verdade, sempre que um modelo de desenvolvimento económico ou urbanístico parece funcionar num lugar, este modelo é rapidamente importado, replicado ou até mesmo mimetizado, por outros lugares”.

A consequência imediata desta tendência é que, desde os anos 1990, tem aumentado incessantemente o número de cidades históricas que estão a competir pelo mesmo mercado turístico (Peixoto, 2003).

Estas observações levam-nos a pensar que as cidades não deviam ser replicadas, pois cada cidade tem os seus monumentos, as suas ruínas, as suas muralhas, a sua autenticidade, assim “a cidade, no seu todo, não pode ser objeto de cópia, como arranjo espacial, a cidade conserva a sua singularidade, não apenas quando comparada a outras formas de produção artística, mas igualmente quando comparada a outras cidades. (...) As cidades são a sua própria história.” (Fortuna, 1995, p. 25)

Cada cidade tem a sua história, os seus monumentos, os seus edifícios, a sua arquitetura temporal e é aqui que se denotam os traços distintivos e singulares de cada

cidade, e são estes traços que levam a que o turista escolha esta ou aquela cidade como seu destino turístico.

Mas para que as cidades se tornem apelativas e consigam atrair os turistas, é necessário passar uma imagem da cidade, é necessária a reconstrução e reestruturação da cidade, criar infraestruturas para receber quem a visita, oferta de atividades turísticas, etc.

Nesta lógica da difusão de uma nova imagem da cidade, poderemos considerar três formas de o alcançar, através da dinamização cultural, como as atividades e eventos para captação de novos frequentadores do espaço público (Ferreira, 1998; Santos e Abreu, 1999, cit. in Peixoto, 2003, p. 216). Através de práticas urbanísticas e arquitetónicas que visam inscrever símbolos modernizadores nas paisagens urbanas (Ferreira, 2001, cit. in Peixoto, 2003). E por último através da instrumentalização, da reinvenção e da revalorização de um património histórico que é o suporte de uma estratégia de criação e aferição de um espírito de lugar (Fortuna, 1997; Frias e Peixoto, 2001, cit. in Peixoto, 2003, p. 216).

Nesta linha de pensamento, Peixoto (2003, p. 217) defende que “é frequentemente o centro histórico que detém o poder de representação e de perceção da cidade atual, porque nele estão fixadas os símbolos que dão forma à identidade urbana”.

Esta identidade urbana onde o passado se mistura com o presente, visível com as intervenções quer públicas, quer privadas a nível de urbanismo, através “do embelezamento das fachadas, no ordenamento das cidades ou através da criação de eventos atrativos que combinam o tradicional com o festivo” (Peixoto, 2003, p. 219).

Denota-se assim uma certa estetização da paisagem urbana, processo este que está ligado ao fenómeno turístico e no mercado urbano de lazer. Este processo “aponta para a reativação de usos passados, para a fabricação de produtos artesanais e para a mobilização e concentração de elementos culturais e históricos, de modo a mostrar que as cidades dispõem de um património valioso e digno de ser conhecido” (Peixoto, 2003, p. 218).

Passa-se a valorizar o que a cidade tem no presente, como os seus monumentos, o seu património e as suas gentes, recriando e reinventando o passado, com os produtos artesanais e a criação de eventos culturais, utilizando o espaço público urbano.

De acordo com Boullón (1997, cit. in Castrogiovanni, 2013) existem seis tipos de focos urbanos: os nodos, os mojones ou marcos divisórios, os bairros, os setores (áreas específicas de bairros), as bordas ou franjas urbanas e os caminhos.

Todos estes focos são humanizados e fazem parte da paisagem urbana e assim têm uma ligação com a atividade turística, com o turismo urbano.

Segundo Castrogiovanni (2003) cada foco se liga com os atrativos turísticos, assim o autor especifica cada um deles:

- Os nodos são áreas abertas ou cobertas, de uso público, onde o turista pode entrar e percorrer livremente: as praças, os passeios, os parques, os mercados, as galerias, os shoppings, as igrejas, etc.
- Os mojones ou marcos divisórios são as construções, ou artefactos urbanos, os monumentos que se destacam no conjunto da paisagem. Nem todos são atrativos turísticos, mas muitas vezes podem servir de referência ao movimento dos turistas num lugar.
- Os bairros são áreas da cidade que tiveram a sua ocupação planeada e que sofreram inicialmente um processo de urbanização. Alguns bairros eram antigas vilas populares, os bairros históricos tendem a integrar a lista dos atrativos turísticos.
- Os setores são partes da cidade. São áreas menores que os bairros mas fazem parte dos bairros. São áreas particulares, podem ser testemunhos da história local ou documentos de certas singularidades. Os setores turísticos são preciosamente inseridos nos bairros.
- As bordas ou franjas urbanas são elementos lineares que marcam o limite. São elementos fronteiros, tendem a apresentar-se como uma terceira paisagem.
- Os caminhos são as melhores opções para se visitar os atrativos turísticos ou entrar e sair da cidade. Muitas vezes o próprio caminho passa a ser o principal atrativo.

Todos estes focos juntos constituem a cidade, e como podemos observar são todos, ou podem ser, considerados atrativos turísticos ou levar às atrações turísticas existentes na cidade.

Assim podemos verificar que a paisagem urbana está “a ser trabalhada para favorecer as práticas turísticas e de lazer: ruas pedonais, ciclovias, frentes de água com esplanadas, teleféricos, e muitas outras configurações espaciais do mesmo género” (Peixoto, 2003, p. 224).

1.1.2.1 Os quatro R's Urbanos (Reabilitação, Revitalização, Renovação e Requalificação)

No contexto do estudo aqui apresentado, acha-se pertinente fazer uma breve abordagem ao tema que se denomina aqui de quatro R's Urbanos.

Dentro do contexto da urbanização podemos diferenciar quatro tipos de abordagem para a valorização da cidade, todos começados pela letra “R”: Reabilitação, Revitalização, Renovação e Requalificação.

Os conceitos aqui abordados são retirados do estudo feito por Moura; Guerra; Seixas e Freitas (2006).

De acordo com os autores reabilitação é a readaptação do tecido urbano a novas situações em termos de funcionalidade, ou seja, readapta-se o que está degradado dando ênfase ao seu carácter residencial, com enfoque em duas intervenções complementares: no edificado (implicando a reabilitação dos edifícios habitacionais, mas também a dos outros edifícios), e na paisagem urbana (as intervenções da reabilitação estão associadas a melhoramentos do espaço público ou na revitalização do mesmo).

A reabilitação dos centros urbanos históricos assume-se como um dos pilares na economia de usos e ocupação do solo, na rentabilização do espaço construído e na dotação de equipamentos e infraestruturas, assim como geradora de emprego enquanto atividade, nas áreas de conservação e turismo, sendo assim uma fonte de receita para as cidades, tornando-se destinos mais atrativos.

No que diz respeito à Revitalização urbana, os autores definem, no contexto do planeamento estratégico das cidades e territórios, como uma forma de contrariar o processo de deterioração e declínio das áreas marginalizadas, mantendo a cidade em constante renovação.

A revitalização intervém na melhoria da qualidade do ambiente urbano, das condições socioeconómicas, a sua atuação adapta-se às realidades territoriais coordenando os recursos existentes, públicos e privados, apelando à população e às entidades que a representam a serem participativas no processo de revitalização.

Os autores referem quatro grandes desafios da revitalização urbana:

- 1) Aumentar a eficácia e eficiência do sistema urbano, promovendo a coesão social e a competitividade territorial;
- 2) Dinamizar a sociedade civil, promovendo o bem-estar urbano, a qualidade de vida dos cidadãos e a melhoria das empresas e do sistema económico;

- 3) Promover uma intervenção urbana equilibrada e articulada, tendo em conta as dimensões ambientais, económicas, sociais e culturais;
- 4) Contribuir para a racionalização, modernização e responsabilização da administração das áreas urbanas.

Em relação à Renovação urbana, os autores afirmam que o conceito é marcado pela ideia de demolição do edificado e a consequente substituição por uma nova construção.

Esta ideia de renovação atinge as intervenções de larga escala, da transformação integral, abrangendo três dimensões básicas: a dimensão morfológica, que diz respeito à forma da cidade e da paisagem; a dimensão funcional, que diz respeito à base económica e das funções a ela associadas; e a dimensão social, que diz respeito à esfera sociológica (residentes ou visitantes).

Finalmente a Requalificação urbana, no entender dos autores, é um instrumento para a melhoria das condições de vida das populações, valoriza o espaço público com medidas de dinamização social e económica e promove a construção e recuperação de equipamentos e infraestruturas.

A requalificação provoca a mudança do valor da área, ao nível económico, cultural, paisagístico e social, e está principalmente voltada para o estabelecimento de novos padrões de organização e utilização dos territórios, e para um melhor desempenho económico.

Este estudo centra-se precisamente na requalificação da zona ribeirinha de Vila Nova de Gaia, que irá ser abordada mais adiante neste trabalho.

1.1.3 Turismo nas cidades patrimoniais

Aborda-se neste ponto o turismo nas cidades patrimoniais, o que leva os turistas a visitar as cidades património, e a ligação do turismo e dos turistas ao património.

Assim, no entender de Anico (2004), património e turismo são duas realidades que convergem no quotidiano de vários atores, entre os quais se incluem os turistas, as populações locais, agentes económicos, associações locais e administração pública local, que são responsáveis pela necessidade de preservar a autenticidade dos seus rituais, festas, tradições, que se transformam em recursos turístico-patrimoniais.

Num contexto de crescente consumo cultural, património e turismo são duas realidades estritamente vinculadas nas cidades históricas, lugares de afluência de visitantes,

onde o património se configura como atrativo turístico principal (Vaquero e Hernández, 1998).

Assim como Bourdin (2005) menciona, o turismo desenvolve-se maioritariamente nas cidades, em locais próximos das cidades ou em estreita ligação com as cidades, visto que estas oferecem condições que permitem associar as capacidades de alojamento, acessibilidade e atratividade.

As cidades históricas e monumentais tornaram-se uma das principais atrações turísticas a partir dos anos 1980, pelo fascínio que provoca relacionado com a sua temporalidade. Quer pela importância da cultura visual, quer pela relevância do fator histórico das cidades. A arquitetura histórica e monumental converteu-se no elemento da identidade local e também no recurso que mais interesse e curiosidade suscita nos turistas (Gomes, 2012).

Neste contexto e vendo as cidades históricas como atrativos turísticos que geram receitas para as administrações locais, estas apostam na transformação da cidade em produto turístico, e conservam o seu bem mais precioso, que são os monumentos arquitetónicos, então de acordo com Vaquero e Hernández (1998), a cidade como património, apresenta duas dimensões: uma dimensão cultural enquanto legado histórico, base da identidade e do acervo coletivo de uma comunidade; e uma dimensão económica, relação do património e da cultura, considerada em sentido amplo, como motor de desenvolvimento.

O património tem representado, nas últimas décadas um dos mais importantes recursos para atrair turistas.

A cidade turística com os seus altares, os seus lugares de destaque, a sua história, as suas personagens heróicas, os seus valores tradicionais, arquitetónicos e monumentais, é a cidade apresentada como autêntica, que tem valor turístico e que assim é mais apelativa para o mercado (Gomes, 2012).

Segundo Bourdin (2005), um festival torna-se mais atrativo se tiver lugar num monumento histórico e os organizadores de congressos preferem cidades históricas possuidoras de uma forte oferta cultural.

O património tornou-se numa componente essencial da indústria turística, com implicações económicas e sociais evidentes (Silva, 2000).

O património deixa de se contemplar como um legado de interesse histórico, suporte da identidade coletiva de uma comunidade e transforma-se num recurso fundamental de desenvolvimento (Vaquero e Hernández, 1998).

Também Anico (2004, p. 3) considera que “para além da sua ligação ao passado histórico, o património funciona como uma ferramenta de formação identitária, um instrumento de afirmação e legitimação de grupos sociais e, ainda, como estratégia para a captação de recursos”.

Bourdin (2005), afirma que o património urbano constitui um recurso funcional para o turismo, pois não só atrai, como também permite diversificar a oferta.

Como podemos verificar os autores concordam que o património das cidades históricas atrai turistas e contribuem assim para o desenvolvimento económico das cidades visitadas.

Este património urbano na sua dimensão cultural é um bem apreciado por uma determinada sociedade, que se materializa quer em realidades tangíveis, como museus, palácios, catedrais, fontes, que são facilmente inventariados e suscetíveis de ser explorados economicamente; quer em aspetos intangíveis, como os ambientes, os estilos de vida, tradições, paisagens, mais difíceis de inventariar e que servem fundamentalmente de suporte à simbologia cultural da cidade, e reforçam a sua imagem turística (Vaquero e Hernández, 1998).

Silva (2000), considera que o património se converteu num verdadeiro culto popular nos últimos anos, e numa enorme quantidade de elementos e objetos, do individual ao coletivo, do material ao intangível, de um passado mais remoto a um passado mais recente.

Opinião diferente tem Anico (2004) que defende que apesar de se poder caracterizar o património como um processo de representação cultural baseado no passado e nas especificidades culturais locais, não deve, no entanto, ser confundido com a história ou com os testemunhos materiais e tangíveis do processo histórico, mas antes como uma interpretação ou recriação da história. Para a autora, o património é uma construção social, historicamente determinada e em permanente reconfiguração, é um processo simbólico de legitimação social e cultural que permite representar uma determinada identidade, sendo esta capacidade de representação um elemento central na definição do conceito de património.

O valor máximo do património como mercadoria reside na sua capacidade de representação simbólica. O consumo cultural engloba objetos, nomes e conceitos que não só fazem referência à forma particular de identidade de cada cidade, como também reúnem um valor económico, na sua simbologia cultural (Vaquero e Hernández, 1998).

De acordo com Franklin e Crang (2001, cit. in Talavera, 2003, p. 9), uma “consequência direta e não intencionada da forma de produção turístico-patrimonial e o seu consumo terá sido a sua intervenção na reconstrução das identidades locais”.

Para Talavera (2003), esta reconstrução foi gerando um constante processo de criação e recriação do sentido de pertença, passado, lugar, cultura e possessão.

Para o autor o uso turístico do património e muitas vezes o património em si, não é idêntico às suas disposições identitárias, políticas ou educativas. Mantém a sua componente simbólica, mas a sua entidade patrimonial tem de ser recriada e acompanhada com um cenário apropriado.

Para Silva (2000), o património “é uma construção social”, considerando que a este respeito, existe hoje um consenso generalizado. É construção social ou cultural, porque é uma idealização construída. Aquilo que é ou não património depende do que, para um determinado coletivo humano e num determinado lapso de tempo, se considera socialmente digno de ser legado às gerações futuras. A autora considera que o património cultural compreenderá assim, todos os elementos que fundam a identidade de um grupo e que o diferenciam dos demais.

O turismo já não é algo externo às sociedades, o património cultural vinculou-as na globalização, podendo chegar a ser promovido desde a própria identidade, não como uma relíquia, mas como um recurso dinâmico e multipropósito (Talavera, 2003).

Vaquero e Hernández (1998) defendem que o património, além de legado cultural, pode converter-se em motor de desenvolvimento e sustento das atividades económicas relacionadas com o turismo, nesta perspetiva, as potencialidades das cidades históricas estão estritamente ligadas com os recursos patrimoniais que possuem.

Assim, em zonas já de si turísticas, o património transforma-se numa mais-valia para a oferta, sendo que a sua rentabilidade política será avaliada em função da sua capacidade para criar ou aumentar os fluxos turísticos (Anico, 2004).

Para Talavera (2003), a exploração turística do recurso patrimonial possibilitou a incorporação do turismo às estratégias económicas dos grupos locais, empresários e

instituições, muitas vezes num âmbito protetor e bem-intencionado de conservação cultural e natural com a aprovação do poder local.

A valorização do património cultural para fins turísticos evidencia a associação entre o urbanismo e o planeamento do território (Paes, 2009).

Também Gomes (2012, p. 38) considera que os fenómenos do turismo “se revelam decisivos na reorganização dos territórios, nas condições de ordenamento do espaço, nas políticas de planeamento e desenvolvimento, com um especial impacto nos espaços urbanos”.

O património urbano é objeto de uma atividade económica significativa, com os seus atores, que são especialistas do património, que participam na atividade turística ou profissionais do turismo que vendem os produtos ligados ao património (Bourdain, 2005). Para o autor as organizações internacionais ocupam um lugar importante, em particular a UNESCO e a ICOMOS, que definem normas e contribuem para a atribuição das classificações, o que mobiliza numerosos fluxos internacionais e locais.

De acordo com Talavera (2003), o turista cultural é ávido de conhecimento e está disposto a tentar ver na limitada profundidade que a visita e a informação oferecida permite, quer entender o como e o porquê dos elementos mostrados, quer maravilhar-se com o conjunto e surpreender-se com os detalhes. Vem em busca da identidade e exalta o autótone, imerso num sentimento nostálgico. Muitos consumidores do património cultural não o procuram na sua primeira opção. Para o autor estes visitantes utilizam o sistema turístico para relaxar, disfrutar do clima, descansar ou simplesmente mudar o ritmo da sua vida quotidiana. Os turistas chegam ao património simplesmente porque está no seu caminho. Este tipo de turista é o mais numeroso visitante do património cultural a nível global.

No entanto, há que refletir nas consequências do turismo nas cidades patrimoniais, pois não podemos esquecer que nas cidades vivem os seus habitantes, que o seu espaço urbano é invadido pelos turistas culturais.

Neste sentido Leite (2004, cit. in Paes, 2009, p. 6), na sua pesquisa no centro histórico do Recife, afirma que:

Mais de cem anos depois, as práticas de intervenção urbana continuam a “embelezar” estrategicamente as cidades históricas por meio de políticas de gentrificação do património cultural. No entanto, ao contrário de evitar barreiras – ao mesmo tempo que removem outras – quando segmentam e disciplinam certos espaços urbanos para uso extensivo de lazer, turismo e consumo. As novas barricadas urbanas reeditam política e

especialmente formas históricas de desigualdade e exclusão social quando restringem os usos dos lugares da vida quotidiana pública aos moradores e frequentadores dessas áreas.

Para Vaquero e Hernández (1998), a transformação das cidades históricas em mero “produto turístico”, mesmo que esta função seja importante na economia da cidade, implica assumir graves riscos. A museificação de certos setores do espaço urbano, supõe a perda da vitalidade inerente à cidade histórica. Para os autores há que ter em conta que “uma cidade histórica não é um museu, nem um parque temático ao serviço do turista. É uma realidade viva e multifuncional onde turistas e residentes utilizam conjuntamente ruas, jardins, transportes e monumentos”.

Deste ponto de vista, defendem os autores, que a cidade histórica não deve ser um produto objeto de consumo turístico massivo, mas sim um espaço de vida equilibrado, no qual o turismo possibilite a utilização sustentável dos recursos culturais próprios, tendo como condições o respeito da qualidade de vida dos residentes e a conservação dos recursos para as gerações futuras. Um bom destino turístico urbano é aquele que, antes de tudo, é uma cidade ótima para os seus habitantes.

1.1.4 Impactos do Turismo

O turismo é sem dúvida um setor económico importante e gerador de divisas para os governos, no entanto, é também um agente de mudança, que causa impactos de diversos tipos. Segundo Rushmann (Ferreira, 2005), os impactos do turismo referem-se às modificações provocadas pelo processo de desenvolvimento turístico nos destinos.

Para a OMT (1993), os impactos do turismo resultam das diferenças sociais, económicas e culturais entre a população residente e os turistas e da exposição aos meios de comunicação social.

Visto que o desenvolvimento turístico contribui para a economia do destino, existe todo um conjunto de alterações e construções nos locais, para que haja condições de receber os turistas, que causam impactos quer positivos, quer negativos. As consequências positivas ou negativas que gera, incidem fundamentalmente sobre os locais, que não são sujeitos passivos de mudança (Santana, 1997, cit. in Oliveira e Salazar, 2011)

Os impactos são positivos quando contribuem para o bem-estar das comunidades locais, para o crescimento económico e para o ambiente, na medida em que é preservado. São negativos, quando alteram o bom funcionamento da comunidade local, quando existe

uma modificação negativa da estrutura económica local e quando causa destruição ambiental, quer a nível da paisagem, quer a nível de poluição.

Segundo Mings e Chulikpongse (1994, cit. in Oliveira e Salazar, 2011), o turismo atua como um agente de mudança, trazendo impactos às condições económicas regionais, às instituições sociais e à qualidade ambiental.

A partir do início da década de 1990 tem sido crescente a preocupação em avaliar o papel desempenhado pelo turismo, enquanto estratégia de promoção e desenvolvimento dos territórios. O crescimento desordenado do turismo pode causar vários tipos de problemas às populações locais - agressão ao meio ambiente, destruição de culturas e do património histórico e até mesmo destruição do potencial da atividade turística local (Cunha e Cunha, 2005).

Os impactos do turismo são as consequências de um processo complexo de interação entre os turistas e as comunidades recetoras (Oliveira e Salazar, 2011).

As consequências emergentes na comunidade, do desenvolvimento turístico, são divididas em três categorias. Primeiro, económicas, que incluem as receitas fiscais, aumento do emprego, rendimento adicional, encargos fiscais, inflação e dívida pública local. Segundo, socioculturais, que incluem elementos, tais como, o ressurgimento do artesanato e cerimónias tradicionais, aumento da comunicação e compreensão intercultural, aumento da taxa criminal e mudanças nas culturas tradicionais. Terceiro, ambientais, que incluem elementos como a proteção de parques e vida selvagem, aglomeração, poluição da água, ar e sonora, destruição da vida selvagem, vandalismo e lixo (Andereck, 1995 cit. in Andereck et al., 2005).

Os impactos negativos muitas vezes superam os impactos positivos (Agnol, 2012). Os impactos, no entender de Ruschman (2000, cit. in Agnol, 2012), são consequências de um processo complexo de interação entre os turistas, as comunidades e os meios recetores. Os impactos positivos são os que trazem benefícios para a comunidade recetora e os impactos negativos são os que causam estragos para a localidade e sua população.

De opinião contrária, são alguns autores, que afirmam que na maioria das regiões de destino, os impactos positivos do turismo são superiores aos impactos negativos. Existem vários efeitos negativos de que o turismo poderá ser responsável, por exemplo, contribuir para o aumento do nível dos preços, alterações na conduta moral, desenvolvimento de processos de aculturação e destruição do meio ambiente. (Akis et al,

1996; Brunt e Courtney, 1999; Carneiro e Eusébio, 2010; Harambopoulos e Pizan, 1996; Mathieson e Wall, 1990, cit in Eusébio e Carneiro, 2012)

Quando o aumento dos impactos gerados pelo crescimento do turismo são detetados no seu início ou até antes, esses impactos podem ser reversíveis, quando não se dá a devida atenção aos impactos gerados, então, estes podem ser irreversíveis.

A investigação sobre os impactos do turismo centrou-se inicialmente nos impactos económicos, visto serem mais facilmente quantificáveis e eram considerados mais positivos para a população local. Só mais recentemente se começaram a ter em conta os impactos socioculturais e ambientais, que eram considerados negativos e não quantificáveis. Para Glasson (1995, cit. in Hernandez, 2000) é o preço ecológico e social que tem que se pagar pelo benefício económico que a atividade turística gera.

A capacidade de receção turística define-se como um método de análise que delimita os impactos indesejáveis que o turismo pode gerar e orienta à tomada de decisões. (Hernandez, 2000). Para que o desenvolvimento turístico ocorra de uma maneira adequada, deve ter-se uma abordagem multidisciplinar com profissionais de áreas distintas que trabalhem em conjunto, na avaliação dos seus impactos e na procura de soluções para o mesmo.

Segundo Barbosa; Martelotte e Zouain (2006) hoje dá-se mais atenção à sustentabilidade do desenvolvimento equilibrado do turismo, para que os recursos naturais e culturais de um país não se esgotem de uma geração para outra, e ao mesmo tempo, possa gerar benefícios económicos a curto, médio e longo prazo.

De acordo com Oliveira (2001, cit. in Barbosa; Martelotte e Zouain, 2006) o turismo pode gerar uma série de impactos negativos ao meio ambiente e à cultura local, ameaçando o crescimento do setor a médio e longo prazo. Daí a necessidade de um desenvolvimento sustentável do setor do turismo nos países recetores, de modo a atingir objetivos de desenvolvimento, sem degradar o ambiente, nem deteriorar os recursos naturais e culturais existentes.

Também Oliveira e Salazar (2011) entendem que o turismo gera impactos positivos e impactos negativos nas localidades, ao nível económico, cultural e ambiental, sendo de extrema importância a sua gestão sustentável para o desenvolvimento equilibrado das localidades.

Para a OMT (2003) o desenvolvimento sustentável é definido como um modelo de desenvolvimento económico que é elaborado levando em conta os seguintes objetivos:

- 1) Melhorar a qualidade de vida da comunidade recetora;
- 2) Prover uma experiência de alta qualidade para os visitantes;
- 3) Manter a qualidade ambiental, tanto para a comunidade quanto para o visitante.

Segundo McIntyre (1993, cit. in Barbosa; Martelotte e Zouain, 2006) o desenvolvimento sustentável do turismo engloba as três áreas (económica, sociocultural e ambiental).

A sustentabilidade económica dá-se quando o desenvolvimento económico é realizado por meio da utilização dos recursos de uma forma eficiente para que possam ser aproveitados na geração atual, mas também nas gerações futuras. A sustentabilidade sociocultural garante a preservação da identidade cultural e social da comunidade, apesar do aumento do fluxo de visitantes e da exposição a outras culturas, sendo necessário que o visitante respeite a cultura do local visitado. A sustentabilidade ambiental dependerá de uma gestão adequada dos recursos naturais, tendo em vista a conservação e preservação desses recursos para as gerações futuras, sendo necessário que o governo tome iniciativas para a preservação ambiental e cultural. (Barbosa; Martelotte e Zouain, 2006).

A OMT (2003, cit. in Agnol, 2012, p. 3) considera que a atividade turística gera uma série de impactos positivos e impactos negativos de diferente grau sobre o plano social e cultural como se segue:

- Como impactos positivos, no plano cultural o turismo contribui para a preservação do património histórico, artístico e cultural; gera uma atividade socioeconómica sobre o mercado recetor e gera emprego; facilita os laços de comunicação e entendimento entre os povos e sociedades que produzem problemas raciais ou de xenofobia. No âmbito económico produz um aumento social de emprego e criação de novos postos de trabalho e pode permitir a comunicação e a paz com os mercados emissores.

- Como impactos negativos, efeitos de aculturação e imitação; produzem-se trocas nos gostos e hábitos de cultura da comunidade recetora, ao estar exposta aos hábitos e gostos da comunidade emissora, tais como horários, atividades de descanso, comidas, vestuário, trato pessoal, gostos sexuais modificados; estabelece trocas urbanísticas, ambientais e arquitetónicas que influenciam e modificam a demografia do mercado recetor; pode produzir fenómenos de repetição; modificação da sociologia rural e urbana ao receber de forma regular correntes turísticas massivas; instabilidade do mercado recetor

por motivos políticos (ditadura, estado de exclusão) e sociais (regras, insegurança, severas normas de circulação) que produz uma redução do fluxo; prejuízos e barreiras sociais por intolerância, indiferença, xenofobia, racismo, idioma; problemas com a gastronomia (água potável); boa ou má atenção médico-sanitária (controle da higiene e limpeza dos lugares turísticos).

Quando o número de turistas aumenta, automaticamente aumenta o congestionamento e outros impactos associados a este, até que se atinge mesmo o limiar crítico da capacidade de receção do destino. Porém uso e impacto não estão homogeneamente relacionados. Um aumento no uso turístico de uma região não significa que aumente na mesma proporção o impacto que esse uso tem sobre o espaço de receção turístico (Hernández, 2000).

Uma forma de combater o fluxo dos visitantes numa só região de um país, e assim amenizar os efeitos dos impactos, passa por quatro objetivos básicos, no entender de Hernandez (2000):

- Proteger os espaços patrimoniais mais saturados diversificando o uso turístico do espaço.
- Realçar o valor de espaços patrimoniais sem uso turístico para alargar a estadia dos visitantes e descongestionar os pontos problemáticos.
- Criar infraestruturas de receção para os visitantes e melhorar os serviços que estes utilizam.
- E em última instância melhorar a satisfação dos visitantes.

De acordo com Eusébio e Carneiro (2012, p. 66) “a maximização dos impactos positivos do turismo e a minimização dos custos passa, obrigatoriamente, pela implementação de estratégias de desenvolvimento turístico que integrem as componentes necessárias para que o turismo possa efetivamente desempenhar o papel de motor de desenvolvimento das regiões que, frequentemente lhe é atribuído”.

Como foi aqui descrito, os impactos do turismo podem ser divididos em três categorias – económicos, ambientais e socioculturais. Todavia torna-se difícil fazer uma pesquisa a nível dos três impactos na cidade de Vila Nova de Gaia, visto que pouco se avançou em termos de desenvolvimento de metodologias de avaliação quantitativa e/ou qualitativa dos impactos do turismo. Todavia este estudo pretende colmatar esta lacuna, através do estudo dos impactos na zona ribeirinha da cidade desde a sua intervenção urbanística.

1.1.4.1 Impactos Ambientais

O turismo não é uma atividade inofensivo em termos ambientais, o seu desenvolvimento, por vezes massivo e descontrolado, produz repercussões no meio ambiente, que conduzem à degradação da paisagem e de alguns espaços naturais emblemáticos e protegidos.

No entanto nem tudo é negativo, havendo aspetos e impactos positivos a nível ambiental, com o desenvolvimento turístico.

Para Smith (1989, cit. in Agnol, 2012) existe uma relação custo-benefício do turismo a nível ambiental, onde destaca como impactos positivos a consciencialização da necessidade de conservação do meio ambiente; o estabelecimento de marcas ecológicas; a consciencialização dos limites dos recursos globais e o estabelecimento dos limites de uso de terras. Por outro lado, como impactos negativos, o autor destaca os custos da preservação dos espaços; a transformação de parques nacionais e zoológicos; a perda das áreas selvagens; a poluição e uso exagerado do habitat, devido à febre do ecoturismo.

Um estudo feito por Liu e Var (1986, cit. in Andereck et al., 2005) revela que metade dos inquiridos concorda que o turismo proporciona mais parques e áreas recreativas, melhora a qualidade das estradas e infraestruturas públicas e que não contribui para o declínio ecológico. Outro ponto deste estudo revela que a maioria dos inquiridos discorda que o turismo seja a causa de problemas no trânsito, superlotação de lazer ao ar livre e da perturbação da paz e tranquilidade dos parques.

Para Perdue et al. (1990, cit. in Andereck et al., 2005) existem atitudes positivas relativamente aos impactos ambientais, como uma melhoria na aparência da comunidade e mais oportunidades de lazer e mais parques.

Em relação aos impactos negativos, o que sobressai de vários estudos, diz respeito ao trânsito; superlotação das infraestruturas de lazer ao ar livre; congestionamento pedestre; problemas de estacionamento; poluição e vandalismo (Andereck et al., 2005).

As potenciais consequências para o meio ambiente produzidas pelo turismo, são a poluição do ar, causadas pelas emissões dos veículos e dos aviões; a poluição da água (descargas desnecessárias de água); destruição da vida selvagem e perturbação do seu habitat natural; destruição de plantas, desflorestação e destruição de solos e praias (Andereck, 1995, cit. in Andereck et al., 2005). O autor menciona também algumas consequências ambientais que perturbam os homens, como a construção de grandes

edifícios que destroem as vistas; estilos arquitetónicos em confronto e inadequados; poluição sonora dos aviões, veículos e turistas; danificação de formações geológicas, tais como a erosão e o vandalismo; e graffiti.

Segundo Ruschmann (1997), os impactos ambientais positivos podem ser a criação de planos e programas de conservação e preservação de áreas naturais, de sítios arqueológicos e monumentos históricos; os empreendedores turísticos passam a investir nas medidas de preservação, a fim de manter a qualidade e consequente atratividade dos recursos naturais; interação cultural e aumento da compreensão entre os povos, originados pelo conhecimento maior do turista, dos usos e costumes das comunidades que visitam, e ecologicamente, percebe-se uma utilização mais racional dos espaços e a valorização do convívio direto com a natureza.

Relativamente aos impactos negativos, Ruschmann (1997) menciona a ocupação e destruição de áreas naturais, que se tornam urbanizadas e poluídas pela presença e pelo tráfego intenso de turistas; poluição da água e do ar; poluição sonora; destruição da paisagem natural e áreas agro pastoril; destruição da fauna e flora; e degradação da paisagem de sítios históricos e de monumentos.

Hernández (2000) afirma que o impacto ambiental que o turismo gera no património urbano tem a ver com o congestionamento da circulação pedonal, os problemas do trânsito, os estacionamento indevidos, o ruído, a contaminação atmosférica e visual (com a proliferação de reclames publicitários e letreiros), a deterioração das zonas verdes, bem como o pisar destas zonas por parte das pessoas, o lixo e os desperdícios, a reabilitação insensata de determinados elementos do património, uso inadequado do solo e a proliferação de edifícios novos. Para a autora os turistas usam a cidade, chegam normalmente de automóvel ou autocarro, movem-se pelas ruas e visitam os seus recursos patrimoniais, utilizam as infraestruturas públicas e geram resíduos.

A utilização intensiva dos recursos naturais e a preocupação na sua preservação (que são a base da sustentabilidade da atividade turística) não estiveram presentes durante muitos anos, e os resultados foram os impactos negativos no meio ambiente, como a poluição e a degradação da paisagem (Dias, 2003, cit. in Agnol, 2012).

Partilhando da mesma opinião Cunha e Cunha (2005) consideram que a expansão espacial do turismo e a crescente diversificação da sua atividade no mundo, ao mesmo tempo que geram novas oportunidades para países, regiões e comunidades, também trazem

efeitos danosos, decompondo e recompondo espaços, deteriorando e enfraquecendo o ambiente.

Alguns dos impactos ambientais são apresentados por Ruschmann (1999) e Cruz (2004, cit. in Oliveira e Salazar, 2011), como positivos, como a revalorização do meio natural, conservação e melhoria da qualidade ambiental, restauro e preservação de edifícios e locais históricos, adoção de medidas para a preservação do meio ambiente, consciencialização ecológica e ambiental através de um maior envolvimento da população, introdução de iniciativas de planeamento ambiental por parte da administração pública e a promoção da descoberta e acessibilidade a regiões menos exploradas. Como impactos negativos os autores referem a arquitetura e urbanismo desmesurado, aumento do congestionamento do trânsito, aumento da poluição sonora, do ar, da água e do solo, destruição da paisagem natural, nomeadamente a competição entre turismo e outras atividades económicas e degradação da paisagem, de sítios histórico e de monumentos.

Para a OMT (2003, cit. in Agnol, 2012) os impactos ambientais mais evidentes da atividade turística são aqueles que causam perda ou prejuízo ao meio ambiente, como a poluição da água e do ar, sonora e visual, desequilíbrio ecológico e perturbação da vida selvagem, congestionamentos de veículos e de pedestres, danos aos sítios arqueológicos, lixo deixado pelos turistas, riscos ambientais, como a erosão, deslizamento de terras e deficiência na engenharia das instalações turísticas.

Os ecossistemas têm uma determinada capacidade de carga e capacidade para um certo número de turistas, no entanto, quando esse limite é superado (turismo de massas), podem produzir-se modificações no meio ambiente, que conduzem a uma perda de bem-estar (Ferreira, 2016).

1.1.4.2 Impactos económicos

O desenvolvimento do turismo e o aumento de turistas em uma determinada região leva inevitavelmente ao consumo, quer de transportes, hotelaria, restauração e serviços direta ou indiretamente relacionados com a indústria do turismo, o que vai gerar receitas.

Segundo a OMT (2017), as receitas mundiais originadas pelo turismo foram de 1.102 biliões de euros em 2016. É uma indústria com impactos económicos elevados e em crescimento, no entanto, também acarreta impactos negativos para os países e as regiões.

Os impactos económicos são os mais visíveis e os mais apreciados por alguns, visto que o turismo é uma fonte de receitas para a economia local e que cria postos de trabalho, no entanto, também tem custos económicos muito negativos, na medida em que faz um uso intensivo das infraestruturas e atrações turísticas (Hernández, 2000).

A estimativa dos impactos económicos do turismo, quando baseados nos gastos dos turistas, pode ser considerado um excelente indicador da importância do turismo na economia de um determinado destino. (Barbosa; Martelotte e Zouain, 2006).

No entanto não nos podemos cingir apenas aos gastos dos turistas para avaliar os impactos económicos do turismo, para Cooper et al (2001, cit. in Barbosa; Martelotte e Zouin, 2006), o valor dos gastos realizados pelos turistas representa apenas uma parte dos impactos económicos, deve ter-se em consideração outros aspetos, como os efeitos diretos e induzidos (compra de fornecedores e negócios abertos em função do turismo); perda dos gastos locais (compra de produtos importados para suprir a necessidade dos turistas) e deslocamento de mão-de-obra e custos de oportunidade (atração de empregados de outros setores para trabalhar com turismo).

Existem impactos económicos positivos derivados do turismo, como as receitas geradas pelos turistas nas localidades que visitam, sendo este o mais visível, mas sabemos que há diversos impactos económicos negativos, como a sazonalidade, trabalhos temporários e inflação.

Smith (1989, cit. in Agnol, 2012) considera como impactos económicos positivos o influxo de dinheiro; o efeito multiplicador; indústrias de serviços com trabalho intensivo; melhoria das infraestruturas (estradas, água, rede de esgotos, aeroportos e recreação) e gastos dos residentes com o uso de atrações criadas pelo desenvolvimento turístico. Como impactos económicos negativos, o autor enumera a sazonalidade; a perda económica com as importações; imigração de estrangeiros como mão-de-obra; custos com a segurança para combaterem o crime e perda de rendimentos, devido a crises económicas externas e terrorismo.

Segundo Ruschmann (1997, cit. in Oliveira e Salazar, 2011) o movimento gerado pelos fluxos turísticos proporciona impactos económicos, quer positivos, quer negativos. Os impactos positivos são a criação de emprego; gera receitas nacionais, sendo, para alguns países, a “tábua de salvação” das suas economias debilitadas; construção de equipamentos; aumento dos níveis culturais e profissionais da população; aumento dos rendimentos dos habitantes; modificação positiva da estrutura económica e social;

industrialização básica na economia regional; atração de mão-de-obra de outras localidades; incrementa a produção de bens e serviços; aumenta o consumo dos produtos locais (dos agrícolas ao artesanato); investimentos estrangeiros e aumento da receita de impostos. Como impactos negativos, a autora refere a sazonalidade turística; a inflação e especulação imobiliária; dependência excessiva de capital investidor estrangeiro; grande parte das divisas sai do país, através do lucro das multinacionais; dependência excessiva do turismo; modificação negativa da estrutura económica; custos de oportunidade; mão-de-obra desqualificada na área e aumento do subemprego, por exemplo, os vendedores ambulantes.

Outros autores estudaram e analisaram os impactos económicos da atividade turística, assim no entender de Liu e Var (1986, cit. in Andereck; Knopf e Vogt, 2005) observa-se uma forte perceção entre os residentes do incremento de emprego, investimento e rentabilidade de negócios locais. Os impactos negativos indicados pelos autores foram o aumento do custo de vida das populações.

Para Haralambopoulos e Pizam (1996), os impactos económicos positivos do turismo são o aumento da receita fiscal e rendimento pessoal, o aumento do nível de vida e uma melhor atitude em relação ao trabalho. Contrariamente, como impactos negativos mencionaram que os residentes têm uma perceção do aumento dos preços de bens e serviços.

As projeções indicam que o turismo, a nível mundial, irá continuar a aumentar, transformando a indústria na maior atividade económica do mundo. Segundo a OMT (2017) estão previstas para 2020, em chegadas internacionais de turistas, 1.360 milhões de pessoas, aumentando em 2030 para 1.809 milhões de chegadas internacionais de turistas, o que trará uma maior receita para os países recetores.

1.1.4.3 Impactos socioculturais

Uma das motivações para os turistas se deslocarem a um determinado local prende-se com a cultura do mesmo, visitar novos povos, conhecer os seus costumes, crenças e o seu dia-a-dia, o que leva os destinos recetores a valorizar o artesanato, a gastronomia, as lendas, a sua herança cultural, que por vezes, estava no esquecimento da atribulada vida

quotidiana dos habitantes locais e que vê assim rejuvenescida a sua história, evitando a sua extinção no tempo.

No entanto, nem sempre o turismo vem acompanhado com o devido respeito, a devida consciência do valor e do interesse por parte do visitante, sobretudo intensificando-se quando o turismo se massifica.

Ao formular estratégias de desenvolvimento turístico para os destinos urbanos, deve ter-se em consideração os residentes, visto que estes locais têm um número elevado de residentes e uma grande concentração de atrações culturais, o que leva à ocorrência de impactos socioculturais nestes destinos (Eusébio e Carneiro, 2012)

Os impactos sociais e culturais do turismo são para Pizam e Milman (1984, cit. in Haralambopoulos e Pizam, 1996) os caminhos pelos quais o turismo contribui na mudança de valores, no comportamento individual, no relacionamento familiar, nos estilos de vida coletivos, na conduta moral, nas expressões criativas, nas cerimónias tradicionais e na organização da comunidade.

Murphy (1985, cit. in Haralambopoulos e Pizam, 1996) entende que os impactos sociais envolvem uma mudança mais imediata na estrutura social da comunidade e um ajustamento para a economia e indústria dos destinos, enquanto os impactos culturais focam-se nas mudanças das normas e padrões da sociedade a longo prazo, que irá gradualmente manifestar-se nas relações sociais da comunidade e seus artefactos.

Também Hernández (2000) considera que o turismo tem custos sociais relacionados com as alterações que a atividade turística introduz no sistema de valores de uma população local, nos comportamentos individuais, estilos de vida coletivos, relações familiares, cerimónias tradicionais e expressões criativas.

O desenvolvimento do turismo tem um efeito nas características socioculturais da população recetora, tais como os hábitos, as rotinas diárias, vidas sociais, crenças e valores. Estes fatores podem, por sua vez, conduzir a tensões psicológicas (Dogan, 1989, cit. in Andereck et al., 2005).

A natureza das consequências do turismo para as formas materiais e não materiais de expressão cultural podem ser prejudiciais (Turner e Ash, 1975; Evans, 1976, cit. in Haralambopoulos e Pizam, 1996), mas o turismo também contribui para o renascer de formas de arte tradicionais nas sociedades recetoras, através do aumento do gasto dos turistas em artesanato, lembranças, trajes, etc. (Andronicou, 1979; Forster, 1964; Graburn, 1976; Huit, 1979; de Kradt, 1979, cit. in Haralambopoulos e Pizam, 1996).

Para Oliveira e Salazar (2011) os impactos socioculturais são impactos sobre a população local, como residentes habituais e fixos na comunidade, mas também sobre os turistas e a sua sociedade de origem.

De facto o turista transporta a sua cultura para o destino que visita, o que pode levar a um conflito de culturas que podem gerar impactos para o turista e para o residente, por exemplo, nos comportamentos individuais ou nos hábitos de cada um.

Santana (1998, cit. in Oliveira e Salazar, 2011) distingue impactos sociais e impactos culturais. Assim o impacto social está associado a mudanças mais imediatas e define aquelas que ocorrem na estrutura social local (qualidade de vida, relações sociais e adaptação nas comunidades de destino ao turismo). O impacto cultural categoriza mudanças mais graduais e processuais que ocorrem à medida que o turismo se desenvolve (aculturação turística, mudança nas normas culturais, na cultura material e nos padrões culturais).

Figuerola (cit. in Haralambopoulos e Pizam, 1996) identifica seis categorias de impactos socioculturais: impactos na estrutura da população; transformação dos tipos e formas de ocupação; transformação de valores; influência no estilo de vida tradicional; modificação dos padrões de consumo e benefícios para os turistas.

Também Pizam e Milman's (1984, cit. in Haralambopoulos e Pizam, 1996) identificam seis categorias similares de impactos socioculturais: impactos demográficos (tamanho da população, idade e alterações piramidais); impactos ocupacionais (mudança da ocupação e distribuição da ocupação); impactos culturais (alterações nas tradições, religião e linguagem); impactos na transformação das normas (valores, moral e regras sexuais); impactos na modificação de padrões de consumo (infraestruturas e comodidades) e impactos no ambiente (poluição e congestionamento de trânsito).

Para Smith (1989, cit. in Agnol, 2012) os impactos socioculturais positivos são a ampliação da perspetiva social, a mobilidade incrementada, a preservação de laços familiares, o estímulo do folclore e criação de museus e a apreciação do património e da identidade étnica. Como impactos negativos o autor destaca a perda da identidade cultural na comunidade global, a deterioração de sítios históricos devido ao uso excessivo, a transformação dos turistas em “coisas”, o medo de terrorismo e crime e a simplificação da cultura.

Segundo Travis (1984, cit. in Haralambopoulos e Pizam, 1996) existem benefícios e custos socioculturais que podem afetar o destino turístico. Os benefícios são o

desenvolvimento cultural (modernização) e intercâmbio; mudança social; melhor imagem da comunidade de acolhimento; melhoria da saúde pública; melhorias sociais; educação e conservação; intercâmbio cultural positivo e modificações políticas. Os custos incluem depreciação e destruição da cultura recetora; instabilidade social; consumismo; alterações da lei e ordem social; relações comerciais entre recetor e visitante; mudança nos valores tradicionais e desestabilização política.

De acordo com Ruschmann (1997) os impactos socioculturais positivos são a modificação positiva da estrutura social; valorização do artesanato; valorização da herança cultural; orgulho étnico e valorização e preservação do património histórico.

No que respeita aos impactos socioculturais negativos Ruschmann (1997) descreve a destruição do património histórico, devido à massificação turística; alterações na moralidade; conflitos religiosos; prostituição e crime; descaracterização do artesanato; arrogância cultural e efeito de demonstração.

A maioria dos autores distingue os impactos socioculturais em positivos e negativos, assim Santana, 1997; Mings e Chulikpongse, 1994; Ruschmann (1999, cit. in Oliveira e Salazar, 2011) consideram como impactos socioculturais positivos, a melhoria da qualidade de vida da comunidade local, através da criação de infraestruturas, saúde, etc.; a utilização da população local como mão-de-obra direta ou indireta; a preservação e reabilitação de monumentos, edifícios e locais históricos; experiências com os visitantes (culturas e modo de vida diferentes); orgulho étnico; valorização da herança cultural, através da revitalização dos costumes locais, como o artesanato e a gastronomia; e aumento dos níveis culturais e profissionais da população. Como impactos socioculturais negativos os autores consideram a marginalidade e prostituição; alienação da comunidade local; descaracterização da cultura do lugar; nativos adotam características de vida dos turistas em detrimento dos seus; economia local sensível às consequências do turismo; aparecimento de fenómenos de disfunção social na família (desintegração da comunidade); e diferenças sociais entre visitantes e moradores (aparecimento de “guetos” luxuosos, aumento de crime, prostituição, jogo e drogas).

Dogan (1989, cit. in Andereck et al., 2005) sugere que existe uma variedade de consequências negativas, tais como o declínio de tradições, materialismo, aumento da taxa de criminalidade, conflitos sociais e aglomeração. Do lado dos impactos positivos, o turismo pode levar ao aumento de serviços na comunidade, aumento de parques, recreação

e instalações culturais, e encorajamento a atividades culturais (Brunt e Courtney, 1999, cit. in Andreck et al., 2005).

Também Cooper (2001, cit. in Agnol, 2012) considera que os impactos socioculturais podem ser positivos, nos casos em que o turismo preserva as habilidades artesanais da população ou as ressuscita em alguns casos e aumenta o intercâmbio cultural entre duas populações diferentes. O autor considera que os impactos socioculturais podem ser negativos quando se dá uma degeneração das artes e do artesanato, a comercialização de cerimónias e rituais, e pode prejudicar o intercâmbio cultural, ao apresentar uma visão limitada e distorcida de uma das populações.

Os modelos mais comuns de medidas de impactos são os modelos quantitativos de impacto económico, que medem o impacto do turismo na balança de pagamentos de um país ou região. Dos modelos de medida de impactos sociais, destaca-se o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, proposto e desenvolvido pela ONU, que tem por objetivos medir o bem-estar e a qualidade de vida da população local (Cunha e Cunha, 2005).

Denota-se assim que existe uma necessidade de encontrar um equilíbrio entre o desenvolvimento do turismo e a proteção da identidade das populações que o recebem, evitando assim a destruição e criando relacionamentos sociais e produtivos que já existiam, e evitar a quebra da diversidade e das culturas locais.

1.2 Trânsito e Transportes

1.2.1 Mobilidade

Considera-se importante abordar o tema da mobilidade neste estudo, visto o objeto do mesmo ser o encerramento à circulação automóvel da zona ribeirinha de Vila Nova de Gaia.

No Renascimento, através do *Grand Tour*, houve um estímulo à realização de viagens culturais pela Europa, pelas classes mais abastadas.

Nos séculos XVIII e XIX ocorre o aparecimento, desenvolvimento e consolidação do turismo, devido aos impulsos provocados pela Revolução Industrial. Neste período destacam-se o desenvolvimento do transporte ferroviário, navegação a vapor aliado às transformações sociais como o aumento do tempo livre e a popularização das viagens e estruturação das empresas turísticas (Rejowski, 2002, cit. in Tosta e Kunz, 2014).

Mas foi apenas no século XX que começou o deslocamento, tendo como finalidade o turismo e passou a ser um fenómeno de massa (OMT, 2003).

De acordo com Tosta e Kunz (2014) apesar de existirem várias motivações que levam ao deslocamento humano, como as guerras, mudanças climáticas, migração ou perseguições étnicas, religiosas ou políticas, o turismo pode ser entendido como um deslocamento voluntário motivado por questões sociais e económicas, interferido pela globalização, sendo no entanto, sazonal e temporário.

A globalização provocou uma maior disponibilização e acessibilidade dos produtos, das instalações e dos serviços turísticos, em amplitude mundial (Beni, 2011, cit. in Tosta e Kunz, 2014).

Os investimentos recentes em infraestruturas rodoviárias, o aumento da capacidade de consumo e uso do automóvel modificaram as formas urbanas (Domingues, 2006, cit. in Vieira e Morastoni, 2013).

Com o aparecimento de novas tecnologias e modos de transporte motorizados, como o comboio, autocarro e automóvel, as cidades puderam se expandir, assim a evolução do transporte está diretamente ligada ao desenvolvimento dos núcleos urbanos, pois exerce uma grande influência nos hábitos da população, na localização e no tamanho e forma das cidades. Antes do surgimento dos transportes, os deslocamentos eram feitos a pé

ou através da tração animal e as cidades possuíam dimensões territoriais limitadas (Vieira e Morastoni, 2013).

Segundo Njoah (2008, cit. in Perim et al, 2017) a gestão do transporte público focado na otimização dos recursos logísticos, em função da mobilidade de pessoas e objetos pode gerar benefícios para o país ou região em que é feita, o que implica benefícios económicos e sociais para a comunidade local. Segundo o mesmo autor o crescimento económico de um determinado local está relacionado com a capacidade de movimentação de pessoas e produtos.

O setor do turismo e a sua teia de telecomunicações, informações e transportes diversificou-se e espalhou-se por várias regiões, influenciando a aceleração da globalização, o que veio possibilitar o crescimento constante, gradual e consistente do turismo internacional (Cooper, Hall e Trigo, 2011; Beni, 2011, cit. in Tosta e Kunz, 2014).

A modernização das comunicações e dos meios de transporte revolucionaram e ampliaram as possibilidades de se efetuarem as viagens de forma mais cómoda e rápida (Tosta e Kunz, 2014).

Também a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2003) considera que foi uma combinação de desejo, mobilidade, acessibilidade e dinheiro que possibilitou o turismo de massas.

Para Perim et al (2017) a capacidade de transporte de uma localidade pode ser considerada como um fator essencial para o desenvolvimento económico do turismo. O transporte de pessoas apresenta-se como uma das atividades base do turismo (Leiper, 1979, cit. in Perim et al, 2017).

Tosta e Kunz (2014) consideram que o avanço da tecnologia em transportes, diminuiu os custos e o tempo das viagens, funcionando como um encurtar de distâncias, proporcionando uma maior mobilidade.

Desta forma, a mobilidade deixa de ser algo necessário e passa a ser algo desejável, devido à inserção na economia capitalista globalizada e à sua relevância em termos de interação social (Urry, 2002; Larsen, Urry e Axhausen, 2007; Fernandes e Cariolano, 2010, cit. in Tosta e Kunz, 2014).

Para Vieira, R. e Morastoni (2013) a mobilidade está diretamente ligada com a atividade turística, na medida em que o turismo é um ato praticado por pessoas que realizam uma atividade de lazer, fora das suas cidades e que utilizam equipamento e

serviços, cuja prestação constitui um negócio, para atingir os seus objetivos (Barreto, 2003, cit. in Vieira e Morastoni, 2013).

Também Lévy (1999, cit. in Tosta e Kunz, 2014) considera que a mobilidade é uma relação social ligada à mudança de lugar.

Coriolano e Fernandes (2012, cit. in Tosta e Kunz, 2014) defendem que sem mobilidade não há turismo, visto que o turismo supõe deslocamento, mudança de lugar e movimento. Os autores afirmam que:

O turismo está relacionado com as mobilidades temporárias, em que ocorre turistificação em muitos lugares onde se assiste ao desenvolvimento da mobilidade turística que implica fluxos humanos, culturais, técnicos e financeiros. O turismo não se limita aos deslocamentos, visto que os fluxos turísticos evidenciam transformações espaciais e no comportamento das sociedades. Os deslocamentos turísticos têm impacto significativo nas economias locais e nas paisagens, em especial nos polos emissores e recetores das mobilidades turísticas.

Para entender a cidade, deve-se estar atento às suas ligações com outras cidades circundantes. É necessário compreender os complexos urbanos das cidades, visto que a globalização flexibiliza a escolha da localização das atividades económicas, o que leva a uma competição entre lugares (Jardim e Barcellos, 2005, cit. in Vieira e Morastoni, 2013)

Augé (2010, cit. in Tosta e Kunz, 2014) defende que pensar a mobilidade é aprender e repensar o tempo, para poder assim acompanhar o progresso de forma consciente, e por isso são necessárias pesquisas que abordem e contextualizem o tema da mobilidade ao mundo contemporâneo e que contribua com o planeamento da acessibilidade nas cidades.

Allis (2010, cit. in Tosta e Kunz, 2014) fala da importância da mobilidade virtual, no sentido de que reforça o valor do que não pode ser experimentado eletrónica e digitalmente, como é o caso do património, da arquitetura e das características gerais do destino.

Para este estudo a mobilidade urbana é a mais relevante, no sentido de que se refere ao deslocamento de pessoas e bens no espaço urbano, e para o fazer é necessário que haja facilidades e infraestruturas, tais como os transportes, as vias, os arruamentos ou passeios.

Cocco (2011, cit. in Tosta e Kunz, 2014) defende que para existir mobilidade é necessário haver acessibilidade, isto é, facilidade em atingir os destinos desejados. E para tal é necessário investimento em recursos de infraestruturas, tais como o transporte

público, estruturas de transporte e espaço de circulação para o desenvolvimento das atividades humanas (Tosta e Kunz, 2014).

Para Brasil (2007, cit. in Vieira e Morastoni, 2013) a disponibilidade e facilidade de acesso às infraestruturas urbanas (passeios, transportes públicos, etc.) qualificam e geram maiores ou menores condições de mobilidade para os indivíduos, assim uma maior mobilidade propicia uma maior apropriação da vida e do espaço urbano, por parte, quer dos moradores, quer dos turistas.

Para Steven Flusty (1994, cit. Tosta e Kunz, 2014) os espaços públicos são cada vez mais derrotados pelos espaços de produção privada, de propriedade e administração privadas, para espaços de consumo.

Bom exemplo desta situação eram os cartazes publicitários usados pelos comerciantes da zona ribeirinha de Vila Nova de Gaia, assim como as esplanadas dos cafés e restaurantes desse local.

Dos vários elementos de urbanização e infraestrutura turística que fornecem uma adequada acessibilidade, enquanto canais de circulação de turistas e moradores, estão os passeios, visto que caminhar é um meio de transporte acessível, económico e saudável, é importante criar condições adequadas para o deslocamento a pé, especialmente quando se trata de uma área turística (Vieira e Morastoni, 2013).

Para Ferreira e Sanches (2001, cit. in Vieira e Morastoni, 2013) o ambiente ideal para quem circula a pé deve garantir conforto, segurança, espaço e, se possível, aspetos estéticos agradáveis durante a caminhada.

O deslocamento de pessoas para visitar lugares diferentes dos que residem, é inerente à atividade turística, para tal utilizam-se equipamentos, serviços e infraestruturas, como é o caso dos passeios, estes devem ser qualificados para que o turista perceba a qualidade do destino que visita, devendo no entanto, garantir também a acessibilidade ao morador (Vieira e Morastoni, 2013).

Para Tosta e Kunz (2014) a mobilidade pode ser comprometida devido aos fluxos gerados pelo turismo, ameaçando a fluidez da circulação dos residentes, produtos e outros.

O que se nota é que as infraestruturas não têm sido capazes de acompanhar o desenvolvimento do turismo, gerando, por exemplo, o congestionamento, um dos maiores obstáculos do novo milénio (Hobson e Uysal, 1992, cit. in Tosta e Kunz, 2014).

De acordo com Vieira e Morastoni (2013) a mobilidade deve-se associar à sustentabilidade ambiental, pois os transportes possuem um duplo impacto ambiental nas

idades. Diretamente através da poluição atmosférica e sonora, e a dependência de fontes de combustíveis não renováveis. Indiretamente pelo elevado número de acidentes de trânsito e superlotação de veículos nas estradas, ocasionando o congestionamento.

1.3 População Residente

São diversos os estudos feitos sobre a perceção dos impactos do turismo pela população residente. Alguns feitos em áreas rurais, outros feitos em áreas urbanas, sendo que no geral, são os impactos socioculturais que têm uma maior perceção negativa por parte dos residentes, e os impactos económicos uma perceção positiva por parte da população residente nos locais estudados.

As pesquisas efetuadas assentam na sua maioria em dois grandes modelos: o de Butler (1980) sobre o ciclo de vida de um destino turístico e o modelo de Doxey (1975), designado de índice de irritabilidade.

O nível de desenvolvimento de um destino turístico deve ser levado em conta quando se estuda a perceção que a população residente tem sobre o turismo e aqui insurge-se o modelo de Butler (1980), que defende a existência de vários níveis evolutivos no ciclo de vida de um determinado destino turístico: exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação e por fim o declínio ou o rejuvenescimento.

Sharpley (1999, cit. in Silva, 2007) observa que o primeiro nível, a exploração, é quando um número reduzido de turistas descobre um destino que ainda não foi divulgado, o que leva a que se desenvolva uma relação estrita entre turista e residente, mais de hospedagem do que comercial. O segundo nível, o envolvimento, dá-se quando os residentes descobrem potencial para o desenvolvimento do turismo e começam a promovê-lo para aumentar a procura, providenciando acomodações e outros serviços a um maior número de turistas, tendo com estes uma relação harmoniosa, mas um pouco mais comercial. No terceiro nível, o desenvolvimento, acontece quando o destino passa a ser muito frequentado por turistas, deixando de ser tranquilo e desconhecido, a oferta turística passa a ser controlada por organizações externas (operadores turísticos e grandes cadeias hoteleiras), a relação entre residentes e turistas sofre uma transformação, passando a ser marcadamente comercial, sendo as populações locais crescentemente marginalizadas, pois o turismo passa a ser dominado por interesses externos. No quarto nível, a consolidação, dá-se um decréscimo no número de turistas, devido ao controlo de custos dos hotéis e serviços existentes, não dando espaço a que novas unidades hoteleiras e serviços possam surgir. Na época alta o número de turistas é maior do que o número de residentes, sendo a sua relação efémera e baseada no comércio. Nesta fase o destino perde exclusividade e é considerado igual a outras atrações turísticas. No quinto nível, a estagnação, o destino

deixa de atrair novos turistas e investimentos, começam a manifestar-se problemas ambientais, sociais e económicos, e dá-se uma queda na procura e nos preços. No sexto nível, o declínio, há uma queda da atividade turística, decréscimo do número de turistas, deslocalização dos grandes negócios turísticos e a falência do comércio e serviços turísticos, que são convertidos para outros fins. Nesta fase o contacto entre turistas e residentes é mínimo. No nível de rejuvenescimento emergem novos investimentos, promoções e ofertas e procuras turísticas que impedem o declínio do turismo.

O ciclo evolutivo de Buteler (1980) conceitualiza que existe um diminuído suporte dos residentes para o desenvolvimento do turismo em locais turísticos, assim que notam uma associação ao surgimento de impactos negativos (Dyer et al., 2006).

Na visão de Kim, Uysal e Sirgy (2013, cit. in Vargas-Sánchez, Porras-Bueno e Plaza-Mejía, 2013) a relação entre a perceção dos impactos do turismo pelos residentes e a sua sensação de bem-estar é moderada na fase do desenvolvimento, e de notar que os residentes de uma comunidade percebem os impactos económicos do turismo numa fase inicial do desenvolvimento local e sentem o benefício do turismo quando este está numa fase de crescimento. Mais tarde, na fase de estagnação do desenvolvimento local, os residentes adquirem uma perceção mais informada dos impactos socioculturais e ambientais que derivam da atividade turística, e podem até só perceber mais nitidamente esses efeitos quando o destino estiver na fase do declínio.

O turismo altera a estrutura da comunidade das cidades, com consequentes efeitos na atitude dos seus residentes (Brunt e Courtney, 1999). O modelo de Doxey (1975) procurou descrever a evolução dos sentimentos dos residentes na sua relação com os turistas, sendo constituído por quatro estágios: euforia, apatia, irritação e antagonismo.

No primeiro estágio, a euforia, os residentes sentem-se felizes com o desenvolvimento do turismo local, pois sabem que vão ter benefícios, nesta fase os turistas são bem-vindos, assim como os investidores, exercendo a comunidade local o mínimo de planeamento e controlo sobre as atividades. No segundo estágio, a apatia, os residentes, aceitam os turistas e a sua relação é formal. No terceiro estágio, irritação, o destino atinge o seu ponto de saturação e os residentes passam a pôr em causa a presença dos turistas e a questionar a necessidade da indústria turística, por outro lado, as autoridades locais começam a preocupar-se com o aumento do nível de infraestruturas necessárias na região. No quarto estágio, o antagonismo, os residentes manifestam-se contra os turistas abertamente, tanto física como verbalmente, fazendo com que as autoridades locais

procurem aumentar o nível de promoção da região, através do planeamento para superar alguma imagem negativa causada pelo antagonismo.

Ruschmann, em 1977, complementa este modelo com um quinto estágio, o arrependimento, em que os residentes tomam consciência que a actividade turística trouxe mudanças e que eles nada fizeram para minimizá-las, no entanto, não há nada a fazer, e terão que conviver com o seu ambiente modificado (Baldissera e Bahl, 2012).

Para Andriotis e Vaughan (2003) as perceções em vez da realidade é o que motiva os residentes a agir ou não num certo modo.

O relacionamento entre residentes e turistas varia de acordo com a forma como os moradores percebem os visitantes, no entanto, existem muitas diferenças entre ambos (Krippendorff, 2001, cit. Aires; Pequeno e Fortes, 2010).

Para Alves (2009, cit. in Marins; Mayer e Fratucci, 2014) os residentes podem ter algum tipo de relacionamento com os turistas ou não. Dependendo da sua relação com os visitantes, os residentes percebem a atividade turística de diferentes maneiras e têm atitudes, as quais expressam na sua forma de participação.

Hernández; Cohen e Garcia (1996) alertam que não só diferentes residentes podem ter diferentes atitudes, como também cada individuo residente pode ter atitudes ambivalentes relativamente ao turismo.

Faulkner e Tideswell (1997, cit. in Andriotis e Vaughan, 2003) relatam que o grau em que os residentes e os turistas variam entre si, em termos de características raciais, conhecimento cultural e situação socioeconómica, terá uma influência significativa nas reacções locais.

Um exemplo dado por Cohen, 1972 e Smith (1978, cit. in Andriotis e Vaughan, 2003) que examinaram os turistas com características de viajante sugerem que os viajantes independentes e exploradores são mais propensos a experimentar diretamente a cultura e estilo de vida local e impactar menos na comunidade comparado com os turistas em grupo.

Acerca deste contacto entre residentes e turistas a OMT declara:

“É comum haver grandes diferenças culturais entre turistas internacionais e habitantes dos destinos, e estes desenvolverem estereótipos negativos acerca dos turistas, a partir dos seus contactos diretos. Às vezes os visitantes quebram tabus culturais e apresentam comportamentos considerados ofensivos pelos residentes. (...) esse comportamento pode gerar hostilidade, que se expressa em crimes contra os turistas. Os estereótipos negativos podem surgir mesmo quando visitantes e anfitriões compartilham raízes culturais comuns.” (OMT, 2003, cit. in Aires; Pequeno e Fortes, 2010).

O turismo pressupõe uma relação entre residente e turista, quer pela diversidade de serviços da atividade turística, quer pela interação entre visitante e visitado, como referem Aires; Pequeno e Fortes (2010), um dos principais produtos da indústria turística são os serviços, não se podendo pensar no turismo sem se pensar na relação entre seres humanos e no contacto pessoal.

Assim a hospitalidade assume-se como uma forma de relação humana, baseada na ação recíproca entre residentes e turistas.

Os residentes são responsáveis pelo bom acolhimento do turista, visto serem eles que irão ter um contacto direto com os visitantes, e são os residentes que vão ter o seu espaço, o seu local, a ser observado e usufruído pelo turista, então devido a este contacto entre turista e residente, vai-se verificar a existência de diversos impactos (Baldissera e Bahl, 2012).

Para Vargas-Sánchez; Porras-Bueno e Plaza-Mejía (2013) afirmam que quanto maior for a perceção dos residentes acerca do comportamento respeitador do turista, maior será a sua perceção global de que os impactos positivos superam os impactos negativos, e assim, mais favorável será a sua atitude relativamente ao desenvolvimento do turismo.

Pearce (2002, cit. in Oliveira e Harb, 2013) defende que este contacto entre turista e residente contribui para minimizar alguns preconceitos que existam nas populações locais.

No entanto esse contacto direto entre turista e residente pode ser muitas vezes conturbado, Baldissera e Bahl (2012, p. 2) entendem que “ao tempo que uns estão interessados no lazer, em desfrutar do local, os outros estão preocupados com os negócios, com os lucros.”

Uma visão contrária da relação turista-visitante é a de Pearce (2001, cit. in Baldissera e Bahl, 2012) que defende que os turistas não precisam desta relação com os residentes para aproveitar as suas férias, pois eles podem aproveitar e beneficiar da paisagem numa pequena bolha cultural da sua própria nacionalidade.

Segundo Bursztyn (2005, cit. in Oliveira e Harb, 2013) para o desenvolvimento da atividade turística é decisiva a relação entre residentes e turistas, visto que influenciam a escolha do destino turístico por parte dos visitantes. No entanto quando os residentes se dão conta que o turismo, de alguma forma, está a prejudicar o seu ambiente físico e social, essa relação desgasta-se, prejudicando a imagem do destino. E quanto mais ligados os residentes estão à sua comunidade, mais negativa será a sua relação com o turismo e

consequentemente com os turistas (Brunt e Courtney, 1999, cit. in Vargas-Sánchez; Porras-Bueno e Plaza-Mejía, 2011).

Também Beni (2006, cit. in Marins; Mayer e Fratucci, 2014) afirma que, visto que o desenvolvimento do turismo potencia os seus impactos, pode levar a que os residentes discordem com a atividade turística.

Segundo Barreto (2004, cit. Medeiros, 2010) as pesquisas efectuadas demonstram que os residentes que beneficiam a nível económico com a presença dos turistas, estão mais interessados no dinheiro que estes trazem, do que propriamente em os receber como hóspedes ou realizar trocas culturais com eles. Para a autora “os turistas passam a ser um mal necessário, mal porque a sua presença incomoda, necessário porque o seu dinheiro faz falta” (Barreto, 2004, cit. in Medeiros, 2010, p. 37).

Atitudes negativas por parte dos residentes podem dificultar o sucesso e a sustentabilidade dos destinos turísticos (Ap., 1992; Harrill, 2004, cit. in Diedrich e García-Buades, 2009).

Manente e Pechlaner (2006, cit. in Diedrich e García-Buades, 2009) sugerem que se os residentes observarem o turismo de um modo negativo, o que vai afetar as suas atitudes e reações em relação aos turistas, é provável que tenha um efeito negativo na experiência do turista. Assim, um turista que não se sinta bem-vindo, ou se sinta ameaçado pela população local, certamente não irá regressar e poderá encorajar outras pessoas a não irem ao destino em causa.

Outras pesquisas direccionaram o seu objecto de estudo para a densidade dos turistas e a sazonalidade. Smith e Krannich (1998, cit. in Vargas-Sánchez; Porras-Bueno e Plaza-Mejía, 2013) referem que quanto maior é a densidade de turistas, mais ambientalmente conscientes são os residentes e maior é a sua perceção dos custos ambientais resultantes do turismo.

Numa direcção contrária, Roselló-Nadal (2007, cit. Vargas-Sánchez; Porras-Bueno e Plaza-Mejía, 2013) conclui que quanto maior é a densidade de turistas, menos preocupados estão os residentes sobre as repercussões, porque estão financeiramente e ocupacionalmente dependentes da atividade turística.

Na época alta, por causa do aumento do número de turistas e da sua concentração na localidade, os residentes que vivem há muito tempo na localidade sentem-se ameaçados, pois estão muito ligados à sua comunidade, o que os leva a ter uma atitude pouco favorável em relação à crescente presença de turistas na região e ao futuro desenvolvimento do

turismo, pois isso poderia impedi-los de disfrutar das infraestruturas e recursos partilhados com os turistas, como praias, restaurantes, serviços de saúde, entre outros. (Deery, Jago e Fredline, 2012, cit. in Vargas-Sánchez; Porras-Bueno e Plaza-Mejía, 2013).

Um desenvolvimento lento a moderado do turismo é percecionado pelos residentes como benéfico para a comunidade, mas quando o desenvolvimento aumenta, a perceção dos residentes pode tornar-se rapidamente negativa (Harril, 2004, cit. in Vargas-Sánchez; Porras-Bueno e Plaza-Mejía, 2013).

Já na época baixa os residentes percebem em maior grau, que os benefícios do turismo superam os custos, observam um maior benefício pessoal derivado do desenvolvimento do turismo e os turistas são recebidos favoravelmente em termos de respeito e tratamento (Vargas-Sánchez; Porras-Bueno e Plaza-Mejía, 2013).

No entanto a generalidade dos estudos efetuados sugerem que existe um forte apoio por parte dos residentes ao desenvolvimento do turismo, mesmo com a perceção que têm dos impactos causados pela atividade turística.

1.3.1 – Benefícios/custos do desenvolvimento turístico para a população residente

Para Dyer et al. (2006) os residentes estão suscetíveis a apoiar o desenvolvimento do turismo, desde que acreditem que os benefícios esperados pelo desenvolvimento turístico sejam superiores aos custos do desenvolvimento. Também Diedrich e García-Buades (2009) afirmam que quando os residentes percebem a existência de mais benefícios do que custos, então terão uma atitude positiva relativamente ao desenvolvimento da atividade turística na sua região. Os autores acrescentam que quando os benefícios começam a manifestar-se e ainda não existem demasiados turistas para resultar em muitos custos para a comunidade onde se inserem, os residentes são muitas vezes otimistas.

Johnson, Snepenger e Akis (1994, cit. in Silva, 2007) referem que, enquanto o desenvolvimento do turismo permanecer em equilíbrio com outros setores da economia, os residentes reconhecem que o turismo os beneficia.

Os residentes estão dispostos a se relacionarem com os turistas se receberem mais benefícios do que custos (Blau, 1964; Jurowski; Uysal e Williams, 1977, cit. in Andriotis e Vaughan, 2003).

Os residentes que têm mais troca de benefícios para o seu bem-estar estão mais interessados em apoiar o desenvolvimento do turismo e têm reações positivas com os

turistas. Os residentes que vêm a troca como problemática vão se opor ao desenvolvimento do turismo (Andriotis e Vaughan, 2003).

Também Andereck e Nyaupane (2011, cit. Vargas-Sánchez; Porras-Bueno e Plaza-Mejía, 2013) referem que os residentes que obtêm benefícios pessoais do turismo são os que mais fortemente apoiam o desenvolvimento do turismo.

Desde que a maioria dos residentes vêem o turismo como uma ferramenta para o desenvolvimento económico (Gursoy et al., 2002, cit. in Dyer et al., 2006) não é de admirar que, no geral, os residentes tenham uma atitude positiva relativamente à atividade turística (Andereck e Vogt, 2000, cit. in Dyer et al., 2006).

Os residentes que podem beneficiar economicamente do turismo, estão mais favoravelmente dispostos para os turistas e para um maior crescimento do turismo (Madrigal, 1995; Martin, 1996, cit. in Andriotis e Vaughan, 2003). Por outro lado os residentes dão uma maior prioridade ao fator ambiente do que aos benefícios económicos, segundo alguns estudos (Liu e Var, 1996, cit. in Andriotis e Vaughan, 2003).

Para Gursoy et al., 2002 e Walpole e Gaodwin (2000, cit. in Dyer et al., 2006) a maioria dos residentes vê o turismo como uma ferramenta para o desenvolvimento económico e por isso apoiam o turismo como uma estratégia económica de desenvolvimento. Os residentes vêem o turismo como uma ferramenta para reduzir o desemprego, criando novas oportunidades de emprego, traz mais negócios e cria novas oportunidades de investimento, gera negócios adicionais para a população local e pequenas empresas e gera receitas para a comunidade local e governo (Gursoy e Rutherford, 2004, cit. in Dyer et al., 2006).

Os residentes que estão diretamente envolvidos na indústria turística são sempre rápidos a reconhecer os benefícios económicos, e parecem igualmente conscientes dos impactos socioculturais, ao contrário dos residentes que não têm qualquer contacto direto com os turistas (Brunt e Courtney, 1999).

O desenvolvimento do turismo provavelmente traz benefícios sociais e custos para a comunidade recetora (Gursoy et al., 2002; Teye et al., 2002; Tosun, 2002, cit. Dyer et al., 2006). No entanto existem outros efeitos que talvez sejam menos bem-vindos, como as mudanças na estrutura social e familiar e práticas culturais adaptadas para satisfazer as necessidades dos turistas (Dyer et al., 2006).

Apesar de a primeira prioridade para os residentes ser a geração de emprego através do turismo, os residentes também percebem o turismo como um meio de os ajudar a

aprender mais sobre a sua cultura local e a preservar o folclore tradicional (Besgulides, Lee e McCormick, 2002, cit. in Andriotis e Vaughan, 2003).

O modelo de Jurowki (1994) demonstra que as atitudes dos residentes relativamente ao turismo são influenciadas pelas suas perceções dos impactos económicos, socioculturais e ambientais, tais como as receitas fiscais e o congestionamento, e essas perceções são influenciadas pelos ganhos económicos, pelo nível do uso dos recursos recreativos e pelas atitudes na preservação do meio ambiente (Juroswki, e Gursoy, 2004).

De acordo com Andriotis e Vaughan (2003) os residentes de qualquer destino turístico podem perceber o turismo de um modo positivo devido ao seu potencial na criação de emprego, na geração de receitas e no aumento de infraestruturas na comunidade, no entanto, os residentes também podem perceber o turismo de um modo negativo, devido aos custos socioculturais e ambientais. Os autores consideram que os residentes estão cientes das implicações positivas e negativas do turismo e tiram as suas conclusões baseadas no peso que atribuem aos benefícios e aos custos.

Para Andereck e Vogt (2000, cit. in Vargas-Sánchez; Porras-Bueno e Plaza-Mejía, 2013) os residentes, por vezes, percebem o turismo mais como uma estratégia importante para o desenvolvimento da sua comunidade do que um meio de obter benefícios pessoais.

No entanto, no seu estudo, Andriotis e Vaughan (2003) observaram que os residentes que trabalham no turismo são mais positivos em relação ao turismo e que, quando a troca de recursos é alta e equilibrada para a comunidade local, os impactos positivos são vistos pelos residentes de uma forma positiva.

Já Sirakaya e Sönmez (2002, cit. in Vargas-Sánchez; Porras-Bueno e Plaza-Mejía, 2013) concluíram no seu estudo o contrário do observado pelos autores acima citados, neste estudo os residentes que obtêm um benefício pessoal maior do turismo, têm uma perceção menos favorável, pois defendem que as más condições de trabalho explicam as atitudes negativas dos que trabalham no turismo ou nas indústrias relacionadas com o turismo. Os autores também defendem que os residentes podem abster-se de formar relações pessoais com os turistas e que isso os levaria a terem uma perceção menos favorável dos turistas e das suas diferenças culturais.

Também Johnson, Snepenger e Akis (1994, cit. Dyer et al., 2006) referem que os residentes de três comunidades em Idaho, E.U.A., tinham atitudes negativas relativamente ao turismo porque acreditavam que o turismo gerava mais impactos negativos do que positivos.

1.3.2. - Proximidade geográfica da população residente, às atrações turísticas

Existem outros estudos relativos à proximidade geográfica da população residente, às atrações turísticas, que revela, que os residentes que vivem longe das áreas turísticas têm uma percepção mais negativa do turismo do que os que vivem mais perto (Mansfeld, 1992, cit. in Jurowski e Gursoy, 2004).

Por outro lado, alguns estudos notam que os residentes que vivem perto das atrações turísticas têm uma percepção menos positiva dos impactos e uma atitude menos favorável relativa ao turismo. Tyrel e Spaulding (1984, cit. in Jurowski e Gursoy, 2004) descrevem no seu estudo, que os residentes têm uma atitude favorável relativamente ao crescimento do turismo como um todo, mas menos favorável relativamente à localização de atrações turísticas junto de suas casas, principalmente por causa dos problemas de congestionamento de trânsito e do lixo.

A relação negativa entre o uso dos recursos e a percepção de benefícios do turismo, leva a que os residentes que vivem perto das atrações turísticas sintam que o aumento do número de turistas que usam esses recursos possa ter um impacto negativo na sua capacidade de usar os mesmos recursos. Os residentes que vivem perto das atrações estão preocupados em perder a sua capacidade para usar as atrações, do mesmo modo que estão preocupados com o congestionamento de trânsito, crime, lixo, barulho e aumento do custo de vida. (Jurowski e Gursoy, 2004).

Os residentes que vivem perto das atrações turísticas podem avaliar maiores benefícios, por causa do aumento da oportunidade de emprego, assim como beneficiam de melhoramentos nas infraestruturas e serviços públicos. Os residentes que vivem mais afastados das atrações turísticas sentem que pode haver mais benefícios do que custos, se o número de turistas não aumentar muito (Jurowski e Gursoy, 2004). Os autores concluem que os planos de desenvolvimento da área turística devem incluir medidas que protejam o uso dos recursos pelos residentes ou aumentem a capacidade dos residentes poderem usufruir desses recursos.

Carvalho, K. (2009) afirma que com o início do turismo, o local que anteriormente estava vinculado às atividades de vivência, trabalho ou habitação dos residentes, altera o seu significado, com reflexos diretos nos valores atribuídos e no tipo de relacionamento entre os moradores e o seu património:

O turismo como prática económica precisa encontrar formas mais respeitosas de se inserir no quotidiano das comunidades recetoras. É fundamental que os investimentos sejam adequados à vocação dos seus resultados. (Murta, 2002, cit. in Carvalho, 2009, p. 40).

Outro objeto de estudo de algumas pesquisas incide na inflação e especulação imobiliária que a atividade turística proporciona. Ignarra (2003, cit. in Baldissera e Bahl, 2012) defende que a concentração de turistas em períodos curtos provoca inevitavelmente pressão dos preços dos produtos e serviços turísticos e Ruschmann (1999, cit. in Baldissera e Bahl, 2012) acrescenta que a valorização elevada dos terrenos e aluguéis de habitação atingem diretamente os moradores locais.

A inflação é um dos impactos negativos da atividade turística nas cidades recetoras, pois a privatização dos espaços turísticos a um público seletivo e que tem um padrão de vida elevado, impossibilita a participação da comunidade (Krippendorf, 2001, cit. in Carvalho, 2009).

Assim sendo, observa-se que a inflação inviabiliza o acesso dos residentes à aquisição de produtos e serviços, o que pode levar a uma aceitação negativa dos residentes em relação ao turismo (Carvalho, 2009).

Krippendorf (2003, cit. in Baldissera e Bahl, 2012) refere o problema da especulação imobiliária sentida pelos residentes:

Ao final, chega-se, às vezes, à situação em que os preços dos terrenos e aluguéis pagos pelos estrangeiros são tão elevados que um autóctone não pode mais se dar ao luxo de morar na própria comunidade, e muito menos construir uma casa para morar.

Baldissera e Bahl (2012) destacam que os efeitos negativos causados numa sociedade pelo turismo, não só influenciam os responsáveis por ele, como também grande parte da população que muitas vezes não tem qualquer relação com o turismo e a sua atividade. É necessário um aprofundamento por parte dos responsáveis sobre este tema, para que possa existir “um equilíbrio entre o desenvolvimento turístico e a proteção da identidade das populações recetoras” (Ruschmann, 1999, cit. in Baldissera e Bahl, 2012, p.10).

Neste sentido as entidades responsáveis devem ter em conta a opinião da comunidade recetora da atividade turística. Para que um local seja bom para o turista, é necessário que seja bom para a sua população e para que os residentes sejam hospitaleiros com o turista, deve a comunidade em primeiro lugar ser hospitaleira pelos que a ela pertencem. Assim os empreendimentos turísticos que excluem a população local são vistos

como inimigos e geram relações de conflito na comunidade e na relação com os turistas (Aires; Pequeno e Fortes, 2010).

Para Magalhães (2002, cit. in Oliveira e Harb, 2013) o desenvolvimento do turismo só se fará com a participação ativa da comunidade, poder público e iniciativa privada. Devem fazer-se pesquisas com a população local e com os turistas para servir de base a um plano de ação que, simultaneamente, valorize os residentes e suas características, satisfazendo as necessidades da demanda turística.

O crescimento do turismo deve ser acompanhado pelo reconhecimento da necessidade de ter em conta os desejos e aspirações dos residentes, por parte dos planeadores de turismo (Akis, Peristianis e Warner, 1996, cit. in Dyer et al., 2006).

Também Duffield e Long, 1981, cit. in Dyer, 2006) consideram que havendo impactos positivos e negativos do turismo na comunidade recetora, o seu desenvolvimento deve ser feito, através de iniciativas locais e consistentes com os valores locais.

Os planeadores do turismo devem confiar que, a percepção dos residentes do estado da economia local, afetará a sua avaliação dos benefícios do turismo, assim como o seu apoio aos planos de desenvolvimento (Jurowski e Gursoy, 2003).

Assim, a consciência das percepções do residente sobre o desenvolvimento do turismo e dos seus impactos, pode ajudar os responsáveis a identificar as preocupações reais e questões para uma política e ação apropriadas, otimizando os benefícios e minimizando os problemas (Andriotis e Vaughan, 2003). Os autores consideram que a aceitação do desenvolvimento do turismo pelos residentes é considerado importante para o sucesso a longo prazo do turismo numa região, a partir do momento em que os turistas são recebidos com hostilidade, o seu número diminui, assim sendo a comunidade recetora deve ser envolvida no processo de planeamento e desenvolvimento da actividade turística. Para os benefícios do turismo serem divididos de forma igualitária na comunidade recetora, devem ser feitos esforços por parte do setor público para fornecer incentivos para a população local, ao nível de oportunidades de emprego e estabelecimento de negócios turísticos.

Choi e Sirakaya (2005, cit. in Dyer et al., 2006) salientam que para se sustentar qualquer forma de desenvolvimento do turismo, os residentes devem ser o ponto focal no desenvolvimento.

A análise da percepção dos residentes sobre os impactos do turismo é uma ferramenta importante para a gestão dos destinos. A sua contribuição reside na

possibilidade de formular políticas públicas mais coerentes com a diversidade dos grupos residentes e com a atratividade do destino turístico (Beni, 2006; Hall, 2004, cit. in Marins; Mayer e Fratucci, 2014).

Pelo exposto, nota-se o que Ap. e Crompton (1993, cit. in Diedrich e García-Buades, 2009) propõem no seu estudo, ao afirmarem que os residentes abraçam o turismo na sua fase inicial de desenvolvimento, por causa dos potenciais benefícios para a comunidade. Depois de um certo ponto, quando alguns impactos negativos começam a manifestar-se, os residentes entram numa fase de tolerância e tornam-se mais ambivalentes em relação ao desenvolvimento do turismo. A seguir, quando o equilíbrio entre os impactos negativos e positivos começa a surgir, é a fase de ajustamento, em que muitos residentes deixam de frequentar as áreas mais turísticas da comunidade. Finalmente os autores afirmam que alguns residentes podem retirar-se inteiramente da comunidade para outro lugar para fugirem do turismo.

1.4 Qualidade de Vida

A qualidade de vida dos residentes de locais turísticos não tem sido objeto de muitos estudos, só recentemente se começa a falar e estudar sobre os impactos na qualidade de vida dos residentes que possam surgir com o desenvolvimento do turismo. No entanto torna-se complexo medir a qualidade de vida, visto que abrange uma panóplia de conceitos relacionados com o dia-a-dia dos residentes.

Apesar do grande número de definições e modelos, torna-se difícil definir o conceito de qualidade de vida, porque é uma experiência subjetiva que depende da perceção individual e do estado emocional (Andereck e Nyaupane, 2011, cit. in Carneiro e Eusébio, 2015). Os autores realçam ainda que, embora a qualidade de vida seja um valor considerado universal, os componentes que são apreciados como contributos para a qualidade de vida podem divergir entre os indivíduos.

A qualidade de vida pode ser medida por aspetos gerais ou por domínios específicos, como o bem-estar emocional e psicológico, as relações sociais, bem-estar material, desenvolvimento pessoal (Carneiro e Eusébio, 2015). As autoras defendem que a influência do turismo na qualidade de vida pode ocorrer em três locais: na região geradora de visitantes, nas regiões de destino e nas regiões de transição.

Moscardo (2009, cit. in Carneiro e Eusébio, 2015) identifica alguns domínios da qualidade de vida, baseados na revisão da literatura: necessidades psicológicas básicas, segurança, sentido de pertença e auto-estima. São os domínios da qualidade de vida mencionados com mais frequência.

De acordo com Dolnicar et al. (2012, cit. in Carneiro e Eusébio, 2015) existe um consenso geral que uma qualidade de vida total percebida é a combinação da satisfação com os vários domínios da vida.

Alguns impactos do turismo são relevantes para a melhoria de vários domínios da qualidade de vida dos residentes (Andereck et al., 2005, cit. in Carneiro e Eusébio, 2015).

Muitas comunidades encorajam o desenvolvimento do turismo como uma forma de melhorar a qualidade de vida dos seus residentes. O principal foco do desenvolvimento das atividades turísticas normalmente está nos benefícios económicos que a indústria pode trazer à comunidade, na forma de impostos, empregos e adicionais fontes de rendimento. (Jurovski e Gursoy, 2003). Os autores realçam que, no entanto, alguns estudos encontraram que o efeito mais sério envolve, não só o valor económico para a comunidade, mas também mudanças na qualidade de vida, numa perspetiva social. A aceitação destas

mudanças será provavelmente influenciada pela percepção dos residentes, dos benefícios que recebem em troca, e pelos custos que observam.

Para Carvalho (2009) a análise das várias formas de apropriação dos conteúdos simbólicos dos locais pelos residentes, aprofunda as discussões sobre a relação turismo e património cultural, o que possibilita que as intervenções feitas nos locais históricos possam recuperar espaços inutilizados, os conteúdos a ele subjacentes e renovar a paisagem urbana, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes.

Muitas das pesquisas efetuadas estudaram os efeitos dos impactos do turismo usando indicadores objetivos da qualidade de vida da comunidade, tais como pobreza, renda *per capita*, taxas de criminalidade e poluição (Crotts e Holland, 1993, cit. in Kim; Uysal e Sirgy, 2012).

Andereck e Nyaupane (2011, cit. in Kim; Uysal e Sirgy, 2012) desenvolveram medidas para perceber o impacto do turismo na qualidade de vida da comunidade, montando um grande conjunto de itens (38 no total) de várias fontes publicadas, relacionadas com vários aspetos da comunidade, que demonstraram ter um papel na percepção da qualidade de vida por parte dos residentes, como por exemplo, preservar a paz e a tranquilidade, sentir-se seguro, ar e água limpa, serviços municipais como polícia e proteção contra fogo.

Segundo Kim; Uysal e Sirgy (2012) uma medida direta do impacto do turismo na qualidade de vida, tem que demonstrar que esse impacto se relaciona com medidas estabelecidas de bem-estar subjetivo da comunidade residente, como por exemplo, satisfação de vida, felicidade, bem-estar subjetivo, bem-estar psicológico, qualidade de vida percebida e afeto positivo/negativo. Os autores defendem que as percepções dos impactos do turismo contribuem para efeitos positivos ou negativos em vários domínios da vida (social, lazer e familiar), assim as mudanças nos efeitos positivos ou negativos dos domínios da vida contribuem para as mudanças na satisfação da vida, ou seja, quanto maior a satisfação com a vida social, familiar, de trabalho, espiritual, etc., maior a satisfação na vida em geral.

O turismo também pode ter impactos negativos na qualidade de vida dos residentes, dando origem, por exemplo, a aglomeração, problemas de trânsito e estacionamento, criminalidade e aumento do custo de vida, alteração no modo de vida dos residentes e atrito entre turistas e residentes (Andereck et al., 2005, cit. in Carneiro e Eusébio, 2015).

A população residente sente impactos negativos quando a capacidade de carga do destino atinge o seu máximo, a comunidade residente perde o sentido dos benefícios económicos e sociais do turismo, e estes sentimentos tornam-se cada vez mais negativos em função das condições de superlotação e aumento do custo de vida. (Kim; Uysal e Sirgy, 2012). Os autores acrescentam que a qualidade de vida dos residentes melhora durante a fase inicial do desenvolvimento do turismo, mas irá diminuir depois do turismo atingir o limite de capacidade de carga.

Para aumentar os efeitos positivos do turismo na qualidade de vida dos residentes é importante identificar os fatores que podem influenciar esses impactos, no entanto, nesta matéria a literatura é muito escassa (Carneiro e Eusébio, 2015).

Uma vez que a comunidade se torna num destino turístico, a vida dos residentes na comunidade é afetado pelo turismo, no bom e no mau sentido (Jurowski et al., 1997, cit. in Kim; Uysal e Sirgy, 2012).

Uma hospitalidade que faça com que o turista se sinta bem-vindo a uma localidade, depende da qualidade de vida dos residentes dessa localidade, e essa qualidade de vida está profundamente relacionada com as perceções que os residentes têm a respeito dos impactos da atividade turística (Aires; Pequeno e Fortes, 2010).

Em contexto específico, o turismo pode contribuir para melhorar a qualidade de vida dos residentes. O estudo efetuado por Carneiro e Eusébio (2015) revela a existência de associações positivas entre a frequência e satisfação com as interações turistas-residentes, e a percepção dos residentes dos impactos positivos do turismo na sua qualidade de vida. A interação, provavelmente tem uma influência maior na percepção dos residentes dos impactos do turismo em domínios específicos da sua qualidade de vida. O reforço do contacto social com os visitantes é especialmente importante, visto que os residentes podem obter benefícios do turismo, relativamente a uma vida segura e saudável, assim como sentirem que vivem num ambiente tranquilo. A troca de informação, e mesmo o contacto com os turistas parece contribuir para os residentes se sentirem mais seguros relativamente à atividade turística e às suas potenciais consequências (Carneiro e Eusébio, 2015).

Diferentes tipos de interação podem fornecer diferentes contribuições na qualidade de vida dos residentes, assim interações longas, mesmo sendo num contexto mais formal, podem contribuir para uma maior percepção dos impactos do turismo na qualidade de vida

dos residentes, do que contactos rápidos e mais superficiais com os visitantes (Carneiro e Eusébio, 2015).

No estudo efetuado por Kim; Uysal e Sirgy (2012) os autores referem que quanto mais os residentes percebem oportunidades económicas por causa do turismo, melhor se irão sentir em termos de bem-estar material, da mesma forma, quanto mais os residentes perceberem um aumento nas infraestruturas recreativas por causa do turismo, mais satisfeitos se sentirão com o sentido de bem-estar da comunidade. Se os residentes virem a comunidade a preservar melhor a sua herança cultural, como as artes e artesanatos locais, por causa do turismo, isso irá encorajar os residentes a terem mais orgulho no seu património cultural, o que vai influenciar positivamente o sentido de bem-estar emocional dos residentes. Finalmente, se os residentes sentirem que o turismo traz poluição do ar e da água, ou que possa destruir recifes corais e dunas costeiras, a sua percepção poderá influenciar negativamente o seu sentido de segurança e saúde.

Se os residentes percebem um impacto positivo do turismo no ambiente, estarão favoráveis a desenvolver um aumento do sentido de segurança e saúde. No entanto o turismo é considerado muitas vezes como uma influência negativa no ambiente, contribuindo para a destruição de recursos naturais, deterioração de locais históricos e culturais, e proliferação de lixo e desperdício (Andereck et al., 2005; Tosun, 2002, cit. in Kim; Uysal e Sirgy, 2012).

Kim; Uysal e Sirgy (2012) concluem do estudo que efetuaram, que as percepções dos impactos do turismo influenciam a sensação de bem-estar dos residentes em domínios da vida correspondentes. Assim, para percepções positivas dos impactos económicos, foram encontradas sensações de bem-estar material por parte dos residentes; para percepções positivas dos impactos sociais, foram encontradas sensações de bem-estar comunitário pelos residentes; para percepções positivas dos impactos culturais, foram encontradas sensações de bem-estar emocional, e para percepções negativas dos impactos ambientais, foram encontradas sensações de saúde e segurança.

O Governo Português na sua Estratégia de Turismo 2027 faz referência a esta temática da qualidade de vida no item Portugal, destino sustentável:

Onde o desenvolvimento turístico assenta na conservação e na valorização do património natural e cultural identitário e contribui para a permanência e a melhoria da qualidade de vida da comunidade local. (Turismo de Portugal, 2017, p. 40).

Nota-se assim uma preocupação das entidades responsáveis pelo planeamento de turismo em melhorar a qualidade de vida dos residentes relativamente ao desenvolvimento do turismo em Portugal.

CAPÍTULO II

INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA

2.1 Pressupostos Teórico-metodológicos

O tema de pesquisa desta Dissertação de Mestrado foi já abordado por diversos autores, que nos escrevem sobre os impactos do turismo a nível ambiental, económico e sociocultural, como o caso de Ruschmann (1997) e Andereck (2005) e Ferreira (2016) que aborda o tema no âmbito da sustentabilidade para o planeamento e desenvolvimento turístico.

Existem também estudos dos impactos em determinadas regiões do mundo, como o caso das Ilhas Baleares (Ferreira, 2016); em Laguna, no litoral de Santa Catarina, no Brasil (Agnol & Gastal, 2012); na Ilha de Creta na Grécia (Andriotis & Vaughan, 2003) e na Ilha de Samos, no leste do mar Egeu (Haralambopoulos & Pizam, 1996), entre outros autores.

Ao nível da cidade de Vila Nova de Gaia não existem muitos estudos nesta temática, existem alguns estudos e obras publicadas sobre a cidade do Porto, no entanto poucos abordam os impactos do turismo na cidade do Porto, *quiça* pelo facto de a cidade estar nos nossos dias, na moda, como se diz no meio popular e jornalístico. E de facto podemos perceber que o período de crescimento no ciclo de vida da região, está a acontecer na atualidade, e porventura será essa a razão pela qual ainda não existam estudos e pesquisas sobre os possíveis impactos que o aumento de turistas possa trazer à cidade e aos habitantes locais.

Da revisão de literatura efetuada encontram-se pesquisas científicas e estudos a nível de turismo, no entanto esses estudos focam-se nos *hostels* e nas companhias *low cost*, não tendo sido encontrado nenhum estudo específico que abordasse a perceção da comunidade local (residentes e comerciantes) sobre os impactos do turismo na zona ribeirinha de Vila Nova de Gaia.

A questão de partida do presente estudo surgiu da observação e leitura de notícias jornalísticas da região, que davam conta do encerramento desta zona ao trânsito automóvel, num local de residentes e comerciantes, e de grande afluência de autocarros de turismo, devido às inúmeras visitas turísticas diárias às caves do vinho do Porto, principal atrativo turístico do destino Porto, que se encontra na margem sul do rio Douro, em Vila Nova de Gaia. Assim e tendo em consideração os constrangimentos visíveis no trânsito local no momento do início das obras, surgiu a evocação espontânea da questão de partida:

Como percebem os residentes e comerciantes os impactos sociais, económicos e ambientais que o turismo gera na zona ribeirinha de Vila Nova de Gaia, no decorrer das obras e após o encerramento desta via ao trânsito automóvel?

E por esta razão a escolha deste objeto de estudo e desta temática, seguindo o método de análise de Andriotis & Vaughan (2003), para a formulação das hipóteses e a realização do questionário, como instrumento metodológico.

Com a realização desta pesquisa, procura-se identificar quais as percepções dos impactos do turismo por parte dos residentes e comerciantes, após o encerramento da zona ribeirinha de Vila Nova de Gaia ao trânsito automóvel, e tem como objetivo divulgar os resultados para permitir uma maior consciencialização por parte dos agentes envolvidos na atividade turística (agentes públicos e privados) no garante da sustentabilidade do desenvolvimento turístico da cidade, trazendo benefícios para a população local e para o desenvolvimento dos serviços da região.

2.2 Objetivos e Hipóteses

2.2.1 Objetivos

Tem-se observado nos últimos anos um aumento do tráfego na cidade do Porto e Vila Nova de Gaia, duas cidades interligadas entre si, que se torna por vezes caótico, nos meses de época alta, que geralmente vai de Maio a Outubro, devido aos autocarros de turismo, aos *tuk-tuk*, que são cada vez mais e em maior número, os autocarros turísticos, conhecidos como *city sightseeing*, e às viaturas próprias, o que dificulta a circulação da população local.

Também a nível de circulação de pessoas nota-se um aumento significativo de indivíduos a circular nas ruas das duas cidades, tornando-se por vezes complicada a passagem em alguns locais, nomeadamente na Ponte Luís I, na Ribeira do Porto e na marginal de Vila Nova de Gaia, devido à grande afluência de turistas às caves do vinho do Porto.

Existem diversos estudos e pesquisas científicas sobre o turismo na cidade do Porto, todos eles direcionados para as mais diversas temáticas que abrangem esta indústria que é o turismo. No entanto, nenhum estudo se questiona sobre os impactos do turismo que estão a surgir na zona ribeirinha de Vila Nova de Gaia, após o encerramento da via ao trânsito automóvel, percecionados quer pelos residentes, quer pelos comerciantes.

Desta lacuna surge a vontade de fazer esta pesquisa e poder assim contribuir para que algo se possa fazer, caso existam impactos negativos.

Tendo por base o exposto, o principal objetivo deste estudo é avaliar a perceção que os residentes e comerciantes da zona ribeirinha de Vila Nova de Gaia têm sobre os impactos (económicos, ambientais e socioculturais) da atividade turística e do processo de encerramento ao trânsito automóvel da zona de estudo.

É igualmente objetivo deste estudo saber se existe alguma diferença entre a perceção sentida pelos residentes e os comerciantes face aos impactos do turismo na zona de estudo.

2.2.2 Hipóteses

As hipóteses colocadas nesta Dissertação de Mestrado são dedutivas e conceituais, visto que se pretende comprovar quais os impactos que estão a surgir com o encerramento

ao trânsito automóvel da zona ribeirinha de Vila Nova de Gaia, e faz ligação entre as variáveis - encerramento da via e os impactos que acarreta esse encerramento da via.

Com a leitura efetuada para a revisão da literatura, em especial as pesquisas sobre os impactos do turismo e a perceção da comunidade local a esses impactos, bem como a revisão da literatura sobre a qualidade de vida dos residentes, nascem assim as hipóteses colocadas neste estudo.

As variáveis do estudo são quantitativas, como variável dependente temos a perceção dos impactos do turismo por parte dos residentes e comerciantes e como variáveis independentes temos a caracterização sociodemográfica dos inquiridos.

De salientar que esta zona ribeirinha de Vila Nova de Gaia é bastante frequentada por turistas, devido ao facto de aqui se localizarem grande parte das caves do vinho do Porto, um dos locais de passagem obrigatória para quem visita a cidade do Porto.

Tabela nº 1 - Hipóteses

	Hipóteses	Fundamentos teóricos	Questões do inquérito
H1	Os residentes percecionam que o encerramento da Beira-rio teve um impacto positivo na sua economia familiar	Andereck, K. (2005) Haralambopoulos, N. e Pizam, A. (1996) Hernández, M. (2000)	P23, 24, 25
H2	Os residentes percecionam que o encerramento da Beira-rio teve um impacto positivo na economia local	Andereck, K. (2005) Haralambopoulos, N. e Pizam, A. (1996) Hernández, M. (2000)	P 19, 20, 21, 22,
H3	Os comerciantes com atividades ligadas ao sector percecionam que o encerramento da Beira-rio teve um impacto positivo na sua economia familiar	Andereck, K. (2005) Haralambopoulos, N. e Pizam, A. (1996) Hernández, M. (2000)	P 23, 24, 25
H4	Os comerciantes com atividade ligada ao sector percecionam que o encerramento da Beira-rio teve um impacto positivo na economia local	Andereck, K. (2005) Haralambopoulos, N. e Pizam, A. (1996) Hernández, M. (2000)	P 19, 20, 21, 22
H5	Os comerciantes com atividade não ligada ao sector percecionam que o encerramento da Beira-rio teve um impacto positivo na economia local	Andereck, K. (2005) Haralambopoulos, N. e Pizam, A. (1996) Hernández, M. (2000)	P 19, 20, 21, 22
H6	Os comerciantes com atividade não ligada ao sector percecionam que o encerramento da Beira-rio teve um impacto positivo na economia familiar	Andereck, K. (2005) Haralambopoulos, N. e Pizam, A. (1996) Hernández, M. (2000)	P 23, 24, 25

H7	Os residentes percecionam que o encerramento da zona Beira-rio teve um impacto social positivo	Haralambopoulos, N. e Pizam, A.(1996) Oliveira, M. e Salazar, A.(2011) Ruschamann, D.(1997)	P 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17
H8	Os comerciantes com atividade ligada ao setor percecionam que o encerramento da zona Beira-rio teve um impacto social positivo	Haralambopoulos, N. e Pizam, A.(1996) Oliveira, M. e Salazar, A.(2011) Ruschamann, D.(1997)	P 10, 11, 12, 13,15, 18
H9	Os comerciantes com atividade não ligada ao setor percecionam que o encerramento da Beira-rio teve um impacto social positivo	Haralambopoulos, N. e Pizam, A.(1996) Oliveira, M. e Salazar, A.(2011) Ruschamann, D.(1997)	P 10, 11, 12, 13, 15, 18
H10	Os residentes percecionam que o encerramento da zona Beira-rio teve um impacto ambiental positivo	Andereck, K.; Valentine, K.; Knopf, R. e Vogt, C. (2005) Hernández, M. (2000)	P 27, 28, 29, 31, 32
H11	Os comerciantes com atividade ligada ao setor percecionam que o encerramento da zona Beira-rio teve um impacto ambiental positivo	Andereck, K.; Valentine, K.; Knopf, R. e Vogt, C. (2005) Hernández, M. (2000)	P 27, 28, 29, 30, 31, 32
H12	Os comerciantes com atividade não ligada ao setor percecionam que o encerramento da Beira-rio teve um impacto ambiental positivo	Andereck, K.; Valentine, K.; Knopf, R. e Vogt, C. (2005) Hernández, M. (2000)	P 27, 28, 29, 30, 31, 32
H13	Os residentes percecionam uma melhoria na qualidade de vida da comunidade após a intervenção na zona ribeirinha	Carneiro, M. e Eusébio, C. (2015) Carvalho, K. (2009)	P 14, 26

Fonte: Elaboração própria

2.3 Metodologia

2.3.1 Instrumento Metodológico

Para dar resposta aos objetivos pretendidas e às hipóteses formuladas, o instrumento metodológico utilizado nesta Dissertação de Mestrado foi o questionário, por se tratar de um instrumento metodológico mais adequado para obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população-alvo (Pinsonneault & Kraeme (1993, cit. in Freitas, Oliveira, Saccol e Moscarola, 2000).

De acordo com Fink (1995, cit. in Freitas, Oliveira, Saccol e Moscarola, 2000), as principais características do questionário são o de produzir descrições quantitativas de uma população e fazer uso de um instrumento predefinido.

Para Babbie (2003), as origens do questionário remontam à antiga civilização egípcia, mas um dos primeiros usos deste tipo de metodologia foi feito em 1880, quando Marx enviou 25 mil questionários, pelo correio, a trabalhadores franceses para averiguar como é que eram explorados pelos patrões.

Mas o auge da pesquisa por questionários é deste século, nos E.U.A, destacando o trabalho de três importantes setores: o *U.S. Bureau of Census*, que muito contribuiu com os desenhos das amostras; o investimento da iniciativa privada em pesquisas de opinião, o que apoiou o financiamento do desenvolvimento das pesquisas por questionários, e por último, as obras dos que considera terem sido os pioneiros desta metodologia, os professores Samuel Stouffer e Paul Lazarsfeld, quanto ao refinamento científico do método. (Babbie, 2003)

O número de pesquisas com esta metodologia cresceu de forma constante nos meados dos anos 1980 até 1990.

Os objetivos dos questionários podem ter três finalidades (Babbie, 2003):

- Exploração (maior familiaridade com o problema)
- Descrição (estabelecimento de relações de variáveis)
- Explicação (identificar os fatores que contribuem para a ocorrência de determinados fenómenos).

O questionário desta Dissertação de Mestrado está dividido em duas partes. A primeira parte consiste numa metodologia positivista e é constituído por nove questões de respostas fechadas e diretas, que pretende caracterizar o perfil sociodemográfico dos

inquiridos: idade, habilitações literárias, rendimento mensal, ocupação, se é residente ou comerciante e há quanto tempo reside e é comerciante na zona ribeirinha de Vila Nova de Gaia (Ver inquérito em anexo).

Uma segunda parte do questionário refere-se aos impactos do turismo na área de intervenção, dividido em três secções: impactos sociais, impactos económicos e impactos ambientais. Foram elaboradas nove afirmações para os impactos sociais, sete afirmações para os impactos económicos e sete afirmações para os impactos ambientais, num total de vinte e três afirmações utilizando a escala de Likert, onde 1 corresponde a concordo totalmente e 5 discordo totalmente (Ver inquérito em anexo).

A escala de Likert foi criada em 1932 pelo psicólogo norte-americano Rensis Likert. Esta escala permite medir atitudes no contexto das ciências comportamentais, com itens de 1 a 5, supondo que todos esses itens medem com a mesma intensidade a atitude que se deseja medir. (Bozal, 2006). A escala de Likert consiste em desenvolver um conjunto de afirmações relacionadas com o objeto de estudo e para as quais os inquiridos responderão conforme o seu grau de concordância (Júnior e Costa, 2014).

De salientar que o questionário foi elaborado pela autora e adaptando as escalas utilizadas nos trabalhos de Andriotis. O questionário foi aplicado presencialmente aos moradores e comerciantes da zona ribeirinha de Vila Nova de Gaia, entre os dias 16 de Julho e 27 de Julho de 2018, num total de 160 questionários. A escolha desta metodologia justifica-se pelo facto da pesquisa efetuada se basear numa determinada zona geográfica, cujo objetivo é perceber as relações existentes entre as variáveis em análise.

2.4 Universo e Amostra

O universo da pesquisa desta Dissertação de Mestrado é a população residente e comerciantes da zona ribeirinha de Vila Nova de Gaia.

Assim, e tendo em consideração os objetivos do presente estudo, foi considerada uma amostra por conveniência, não probabilística, constituída por 160 indivíduos – população residente e comerciante da zona ribeirinha de Vila Nova de Gaia.

Devido ao espaço temporal para a realização deste questionário não foi possível obter uma amostra maior, assim como a época em que foi efetuado, visto que o turismo é uma atividade sazonal, seria pertinente fazer a passagem do inquérito durante um ano, abrangendo a época alta e a época baixa, e onde se poderia obter melhores resultados, assim como uma amostra mais significativa.

No entanto apesar de ser uma amostra por conveniência, com a amostra conseguida para esta Dissertação de Mestrado já nos é possível ter uma noção dos impactos do turismo que estão a surgir na zona ribeirinha de Vila Nova de Gaia, após o encerramento da via ao trânsito automóvel sentidos, quer pela população residente, quer pelos comerciantes da área de intervenção.

2.5 Localização da zona de estudo

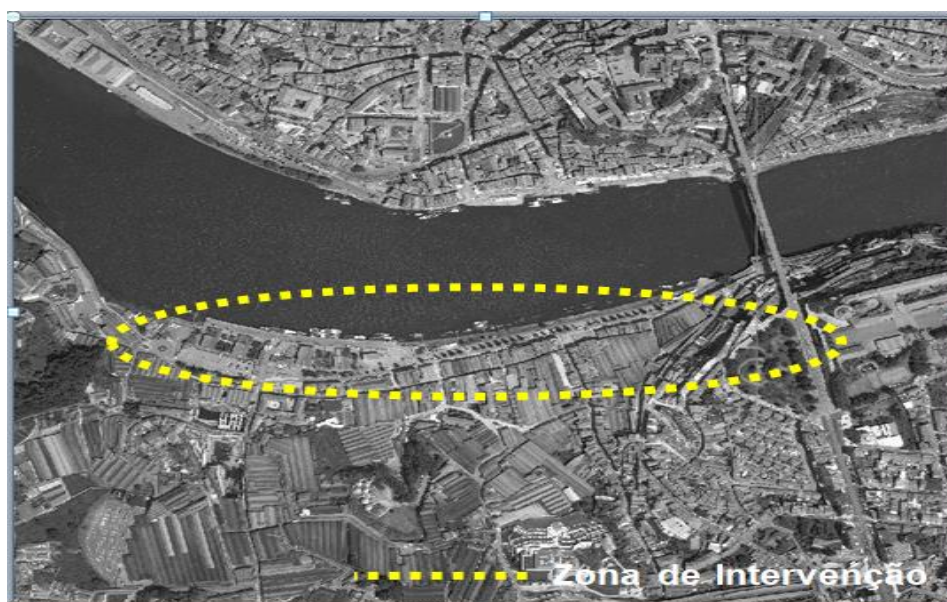
A zona de estudo situa-se no troço entre a Avenida Diogo Leite, desde o extremo da ponte D. Luís I, e o troço mais a nascente da Avenida Ramos Pinto, até à rotunda do cais de Gaia.

Imagem nº 1 – Foto aérea do local de intervenção



Fonte: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia

Imagem nº 2 – Zona de intervenção



Fonte: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia

As obras foram feitas em três fases, sendo que a primeira fase começou na Avenida Diogo Leite, entre a Rua Cândido dos Reis e a Rua Afonso III. A segunda fase foi na Avenida Ramos Pinto, entre a Rua Afonso III e a Rua Serpa Pinto. A terceira fase foi na Avenida Diogo Leite, entre a Rua Cândido dos Reis e o Largo Luiz I, conforme imagem que se segue.

Imagem nº 3 – Fases da intervenção



Fonte: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia

A requalificação nesta zona teve como objetivo reorganizar a circulação rodoviária e estacionamento, bem como melhorar o pavimento, as zonas ajardinadas e o mobiliário urbano. A zona pedonal fica mais ampla e desimpedida de obstáculos, visto que o mobiliário urbano que existia foi retirado.

Pretendeu a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia com esta intervenção “requalificar este local para o devolver, dignificado, à população em geral, e aos gaienses em particular”.

CAPÍTULO III

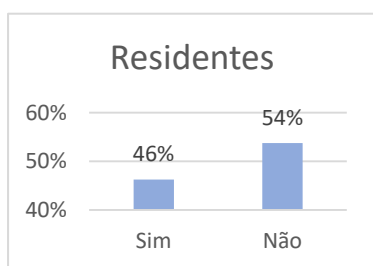
ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 Caracterização da Amostra

Os resultados obtidos no questionário efetuado (anexo 1), cujas questões de nível sociodemográfico foram a idade; habilitações literárias; rendimento mensal; se os inquiridos são residentes, comerciantes ou ambos; há quanto tempo reside; há quanto tempo são comerciantes; e qual a sua ocupação; e uma questão sobre se os residentes e comerciantes foram ouvidos sobre as obras e se tiveram uma palavra a dizer, estão representadas nos gráficos que se seguem.

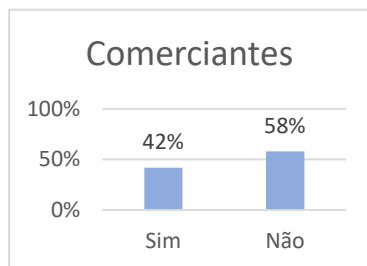
Sendo a amostra recolhida constituída por 160 indivíduos, as respostas obtidas são de 46% residentes, 42% de comerciantes e 12% de residentes e comerciantes simultaneamente, sendo que os residentes são o número mais representativo das respostas obtidas.

Gráfico nº 1 – Residentes



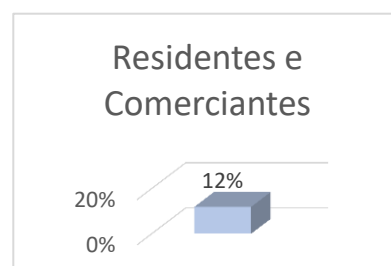
Fonte: Elaboração própria

Gráfico nº 2 – Comerciantes



Fonte: Elaboração própria

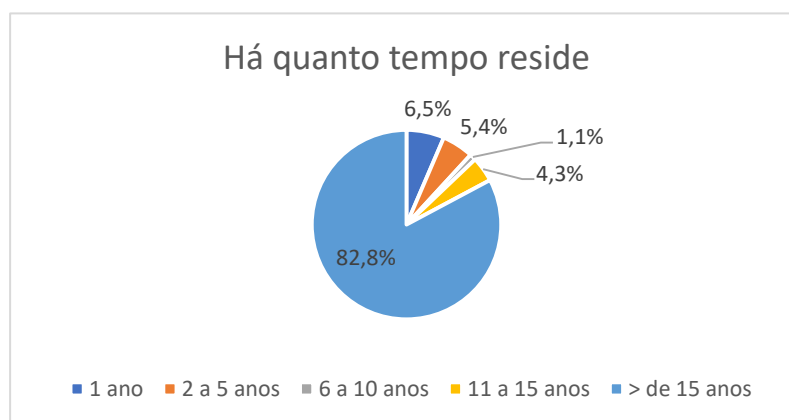
Gráfico nº 3 – Residentes e Comerciantes



Fonte: Elaboração própria

No que respeita ao tempo de residência (questão 3), 65% residem há 1 ano; 5,4% são residentes entre 2 a 5 anos; 1,1% reside entre 6 a 10 anos; 4,3% residem entre 11 a 15 anos e 82,8% residem há mais de 15 anos, sendo este o tempo de residência com maior número de respostas obtidas.

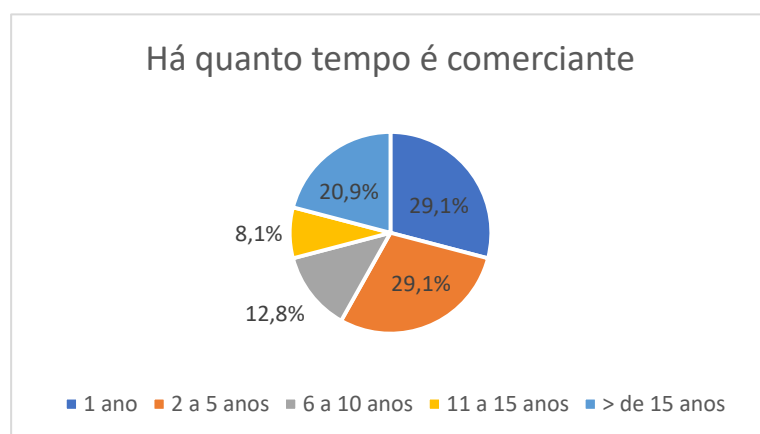
Gráfico nº 4 – Há quanto tempo reside



Fonte: Elaboração própria

Em relação ao tempo em que os inquiridos são comerciantes na área de intervenção (questão 4), o resultado obtido foi de 29,1% é comerciante há 1 ano, com a mesma percentagem (29,1%) temos os comerciantes entre 2 a 5 anos; 12,8% são comerciantes entre 6 a 10 anos; 8,1% estão entre os 11 a 15 anos como comerciantes; e 20,9% são comerciantes há mais de 15 anos. Denota-se que os comerciantes há 1 ano e entre 2 a 5 anos são os mais representativos da amostra recolhida.

Gráfico nº 5 – Há quanto tempo é comerciante

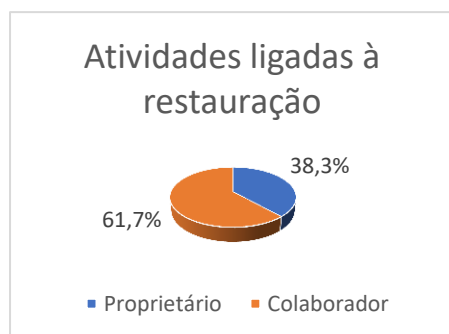


Fonte: Elaboração própria

Relativamente à questão 5, ocupação dos comerciantes, foram obtidos os seguintes resultados: com atividades ligadas à restauração 38,3 % são proprietários e 61,7% são colaboradores. Com atividades ligadas à hotelaria, 23,5% são proprietários e 76,5% são colaboradores. Com atividades ligadas ao turismo 18,5% das respostas são proprietários e 81,5% como colaboradores. Com atividades ligadas ao comércio, 32% são proprietários e 68% são colaboradores. Por último, com atividades não relacionadas com o turismo, 33,3% são proprietários e 66,7% são colaboradores.

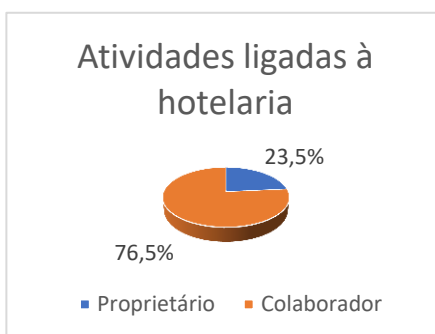
Podemos retirar desta análise que a amostra mais representativa em qualquer das atividades pertence aos colaboradores e que a atividade com mais respostas obtidas é a que está ligada à restauração, seguida da atividade ligada ao turismo.

Gráfico nº 6 – Atividades ligadas à restauração



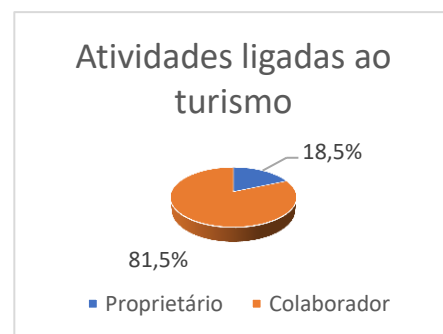
Fonte: Elaboração própria

Gráfico nº 7 – Atividades ligadas à hotelaria



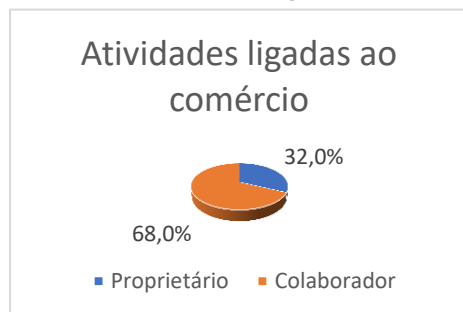
Fonte: Elaboração própria

Gráfico nº 8 – Atividades ligadas ao turismo



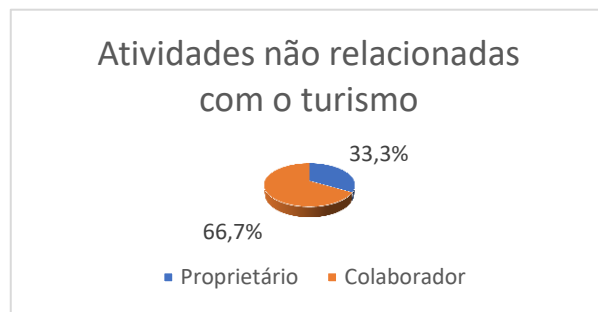
Fonte: Elaboração própria

Gráfico nº 9 – Atividades ligadas ao comércio



Fonte: Elaboração própria

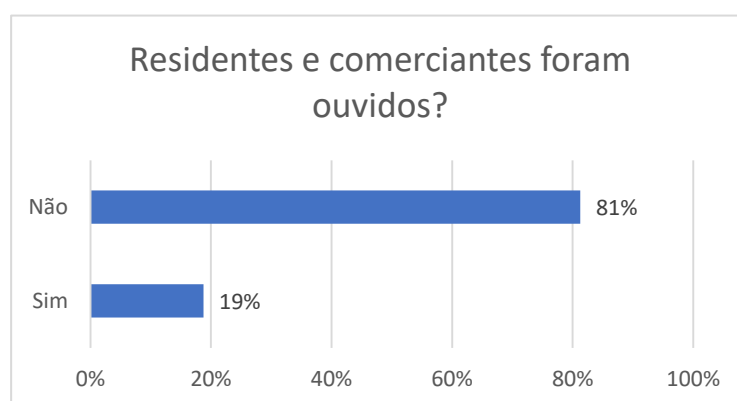
Gráfico nº 10 – Atividades não relacionadas com o turismo



Fonte: Elaboração própria

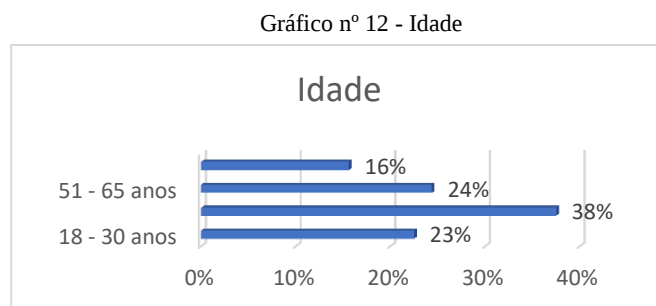
No que respeita à questão foram os residentes e comerciantes ouvidos sobre as obras a efetuar e tiveram uma palavra a dizer (questão 6), 81% dos inquiridos responderam que não e 19% responderam que sim.

Gráfico nº 11 – Residentes e comerciantes foram ouvidos?



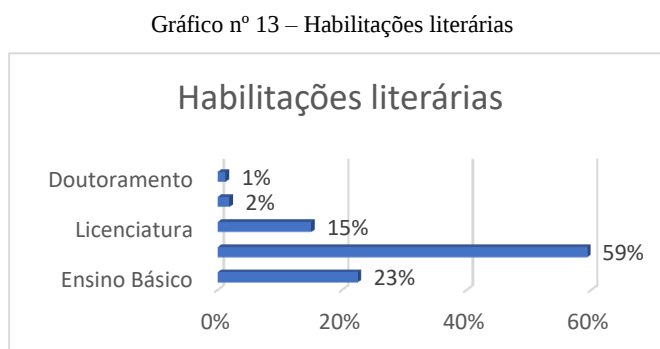
Fonte: Elaboração própria

Relativamente à idade (questão 7), 23% têm entre 18 e 30 anos, 38% Têm entre 31 e 50 anos, 24% têm entre 51 e 65 anos e 16% têm mais de 65 anos. Os inquiridos com maior número de respostas situam-se na faixa etária dos 31 a 50 anos.



Fonte: Elaboração própria

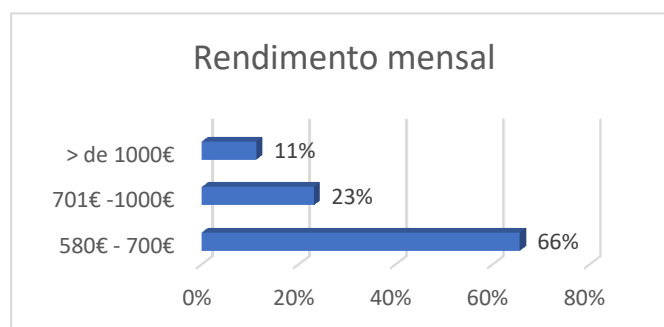
Quanto às habilitações literárias (questão 8), 23% possuem o ensino básico; 59% possuem o ensino secundário; 15% possuem a licenciatura; 2% o mestrado e apenas 1 % possuem o doutoramento. Sendo que os números mais representativos são os que possuem o ensino secundário.



Fonte: Elaboração própria

No que respeita à última questão de nível sociodemográfico (questão 9) sobre o rendimento mensal, 66% dos inquiridos auferem um vencimento entre 580 € e 700 €; 23% auferem um vencimento entre os 701 € e os 1000 € e 11% auferem um vencimento superior a 1000 €. Com maior número de respostas temos os que possuem um rendimento mensal entre os 580 € e os 700 €.

Gráfico nº 14 – Rendimento mensal



Fonte: Elaboração própria

3.2 Análise e Discussão dos Resultados

As restantes questões do inquérito efetuado têm a ver com os impactos do turismo na área de intervenção, sendo que estão divididos por impactos sociais, económicos e ambientais. Para estas questões foi utilizada a escala de Likert: concordo totalmente, concordo, não concordo nem concordo, discordo e discordo totalmente.

No que concerne aos impactos sociais, foram colocadas 9 afirmações. À afirmação 10, o turismo encoraja a população local a fazer atividades culturais (ex. artesanato, artes, musica), 31% dos inquiridos concorda totalmente, 28% concorda, 15% não concorda nem concorda, 13% discorda e 14% discorda totalmente. A maioria dos inquiridos concorda totalmente com esta afirmação.

À afirmação 11, o turismo impulsionou o crescimento de infraestruturas culturais para a população local, 21% dos inquiridos concorda totalmente, 18% concorda, 17% não concorda nem concorda, 22% discorda e 23% discorda totalmente. Apesar de as percentagens serem muito próximas, a maioria discorda totalmente com esta afirmação.

Relativamente à afirmação 12, o turismo impulsionou o crescimento das infraestruturas de transporte para a população local, 21% dos inquiridos concorda totalmente, 9% concorda, 12% não concorda nem concorda, 18% discorda e 50% discorda totalmente. Nesta afirmação metade dos inquiridos discorda totalmente, opinião contrária ao estudo efetuado por Liu e Var (1986, cit. in Andereck, L. et al., 2005) que afirmam que o desenvolvimento do turismo melhora a qualidade das estradas e infraestruturas públicas.

No que respeita à afirmação 13, o turismo impulsionou o crescimento de infraestruturas de saúde e educação para a população local, 8% dos inquiridos concorda totalmente, 8% concorda, 18% não concorda nem concorda, 24% discorda e 43% discorda totalmente. Mais uma vez a maioria dos inquiridos discorda totalmente com a afirmação.

À afirmação 14, o dinheiro produzido pelo turismo é benéfico para a qualidade de vida da comunidade da área de intervenção, 10% respondeu concordo totalmente, 28% concorda, 19% não discorda nem concorda, 19% discorda e 24% discorda totalmente. Com esta afirmação a maioria dos inquiridos concorda.

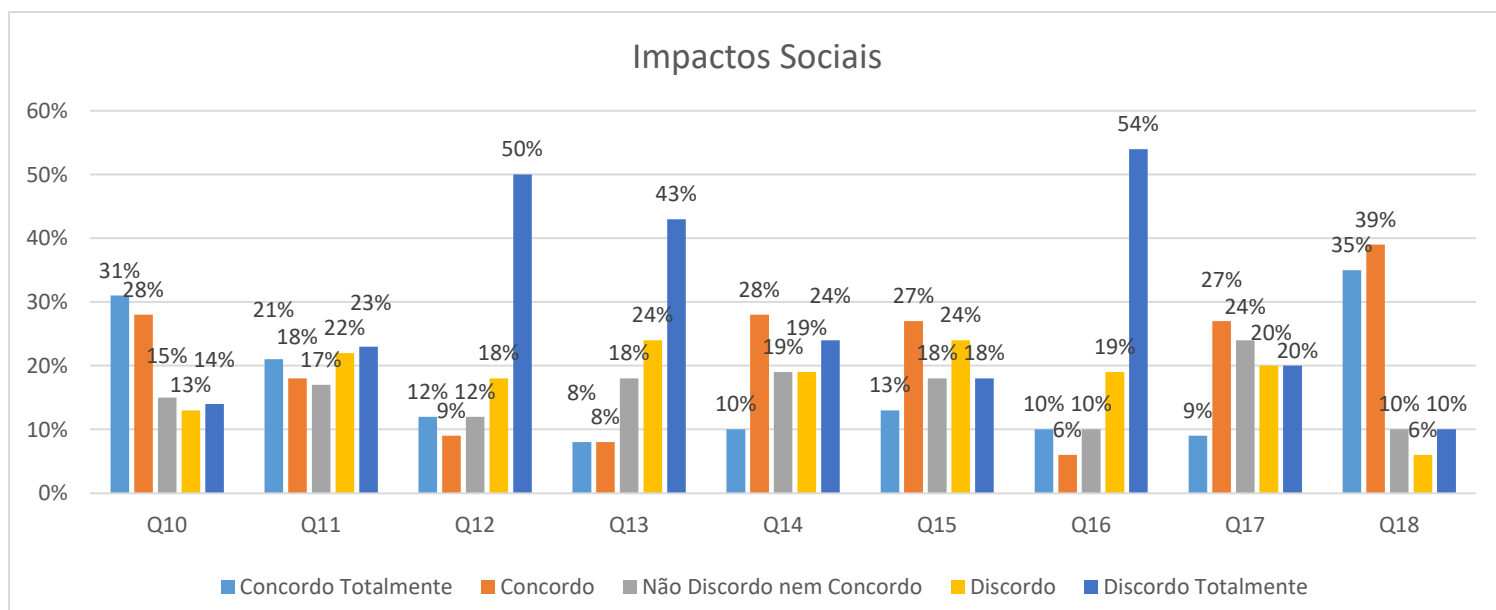
Relativamente à questão 15, o aumento do turismo criou uma maior interação entre as pessoas (convivência em espaço público), 13% concorda totalmente, 27% concorda, 18% não discorda nem concorda, 24% discorda e 18% discorda totalmente. A maioria dos inquiridos concorda com esta afirmação.

À afirmação 16, o aumento do turismo não está a afastar os residentes da área de intervenção, 10% concorda totalmente, 6% concorda, 10% não concorda nem discorda, 19% discorda e 54% discorda totalmente. Mais de metade dos inquiridos discorda totalmente da afirmação.

No que respeita à afirmação 17, os residentes frequentam o comércio (compras, restaurantes) da área de intervenção, 9% concorda totalmente, 27% concorda, 24% não discorda nem concorda, 20% discorda e 20% discorda totalmente. A maioria dos inquiridos concorda com a afirmação.

Por último a afirmação 18, o comércio na área de intervenção é maioritariamente frequentado por turistas, 35% concorda totalmente, 39% concorda, 10% não discorda nem concorda, 6% discorda e 10% discorda totalmente. A maioria dos inquiridos concorda com a afirmação.

Gráfico nº 15 – Impactos Sociais



Fonte: Elaboração própria

Através da análise da amostra, é demonstrado que a média dos indivíduos concorda com a maioria das afirmações dos impactos sociais, apesar de as respostas obtidas estarem muito equilibradas (Tabela nº 1).

Tabela nº 2 – Estatística – Impactos Sociais

	Percentagem dos Impactos Sociais					Média	Mediana	Desvio Padrão
	1	2	3	4	5			
Q10	31%	28%	15%	13%	14%	2,5	2,0	1,392
Q11	21%	18%	17%	22%	23%	3,1	3,0	1,456
Q12	12%	9%	12%	18%	50%	3,9	4,5	1,420
Q13	8%	8%	18%	24%	43%	3,9	4,0	1,252
Q14	10%	28%	19%	19%	24%	3,2	3,0	1,338
Q15	13%	27%	18%	24%	18%	3,1	3,0	1,317
Q16	10%	6%	10%	19%	54%	4,0	5,0	1,339
Q17	9%	27%	24%	20%	20%	3,2	3,0	1,263
Q18	35%	39%	10%	6%	10%	2,2	2,0	1,253

Fonte: Elaboração própria

No que concerne aos impactos económicos foram formuladas 7 afirmações, sendo que a afirmação 19, o turismo gera mais receitas na área de intervenção, 30% concorda totalmente, 38% concorda, 18% não discorda nem concorda, 7% discorda e 8% discorda totalmente. Esta afirmação teve como maioria a opção concorda.

À afirmação 20, o aumento do turismo cria emprego para os residente na área de intervenção, 21% concorda totalmente, 24% concorda, 22% não discorda nem concorda, 19% discorda e 14% discorda totalmente. Nesta afirmação as opiniões estão muito equilibradas, no entanto a maioria dos inquiridos concorda.

Relativamente à afirmação 21, os preços de muitos produtos e serviços da área de intervenção não aumentaram por causa do turismo, 7% dos inquiridos concorda totalmente, 8% concorda, 15% não discorda nem concorda, 33% discorda e 38% discorda totalmente. A maioria dos inquiridos discorda totalmente da afirmação, que vai de encontro ao estudo efetuado por Haralambopoulos, N. e Pizam. A. (1996) que mencionam que os residentes têm uma perceção do aumento dos preços de bens e serviços.

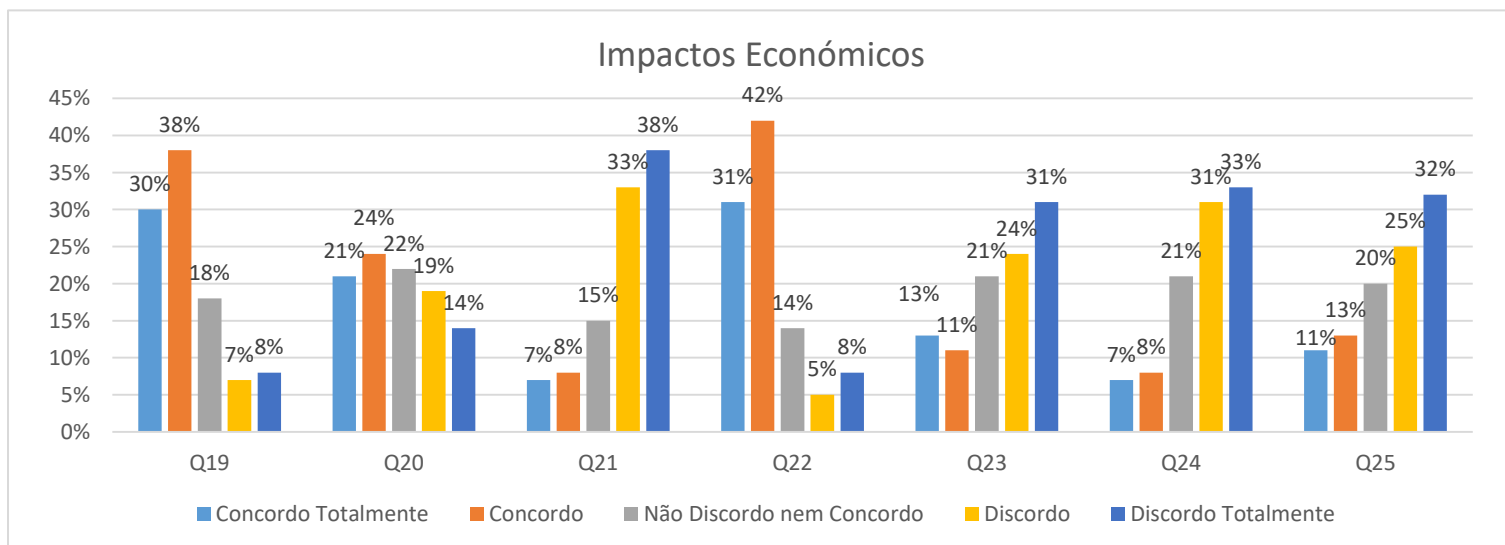
Na afirmação 22, o turismo atrai mais investimentos na região, 31% concorda totalmente, 42% concorda, 14% não discorda nem concorda, 5% discorda e 8% discorda totalmente. A maioria concorda com a afirmação.

Na afirmação 23, o desenvolvimento do turismo na área de intervenção teve um impacto positivo no meu rendimento mensal, 13% concorda totalmente, 11% concorda, 21% não discorda nem concorda, 24% discorda e 31% discorda totalmente. A maioria dos inquiridos discorda totalmente com a afirmação.

À afirmação 24, o poder de compra das famílias da área de intervenção melhorou, 7% concorda totalmente, 8% concorda, 21% não discorda nem concorda, 31% discorda e 33% discorda totalmente. A maioria dos inquiridos discorda totalmente com esta afirmação.

Por último, à afirmação 25, o turismo teve impacto positivo na minha economia familiar, 11% concorda totalmente, 13% concorda, 20% não discorda nem concorda, 25% discorda e 32% discorda totalmente. Mais uma vez a maioria dos inquiridos discorda totalmente com a afirmação.

Gráfico nº 16 – Impactos Económicos



Fonte: Elaboração própria

Pela análise da Tabela nº 2, verifica-se que a média dos inquiridos discorda com grande parte das afirmações referentes aos impactos económicos, o que demonstra que nem residentes, nem comerciantes percecionam um impacto positivo, relativamente aos benefícios económicos do desenvolvimento do turismo.

Tabela nº 3 – Estatística – Impactos Económicos

	Percentagem dos Impactos Económicos					Média	Mediana	Desvio Padrão
	1	2	3	4	5			
Q19	30%	38%	18%	7%	8%	2,2	2	1,170
Q20	21%	24%	22%	19%	14%	2,8	3	1,333
Q21	7%	8%	15%	33%	38%	3,9	4	1,194
Q22	31%	42%	14%	5%	8%	2,2	2	1,161
Q23	13%	11%	21%	24%	31%	3,5	4	1,369
Q24	7%	8%	21%	31%	33%	3,8	4	1,186
Q25	11%	13%	20%	25%	32%	3,6	4	1,331

Fonte: Elaboração própria

Finalmente, no que concerne aos impactos ambientais, foram formuladas 7 afirmações. À afirmação 26, a comunidade local deve ter uma palavra a dizer sobre o desenvolvimento do turismo, 51% concorda totalmente, 22% concorda, 7% não discorda nem concorda, 3% discorda e 18% discorda totalmente. Metade dos inquiridos concorda totalmente com esta afirmação, tal como Andriotis, K. e Vaughan, R. (2014) que afirmam que a comunidade local deve ser envolvida no processo de desenvolvimento e planeamento por parte do governo local e dos promotores turísticos. É muito importante ter em consideração os residentes, quando se formulam estratégias de desenvolvimento turístico (Eusébio, C. e Carneiro, M., 2012).

Relativamente à afirmação 27, o turismo incentiva a conservação dos recursos naturais, 13% concorda totalmente, 17% concorda, 36% não discorda nem concorda, 18% discorda e 17% discorda totalmente. Assim, a maioria dos inquiridos não discorda nem concorda com esta afirmação.

À afirmação 28, a construção de hotéis e outras instalações turísticas não tem implicações negativas no ambiente natural da região, 10% concorda totalmente, 8% concorda, 19% não discorda nem concorda, 33% discorda e 31% discorda totalmente. A maioria dos inquiridos discorda da afirmação.

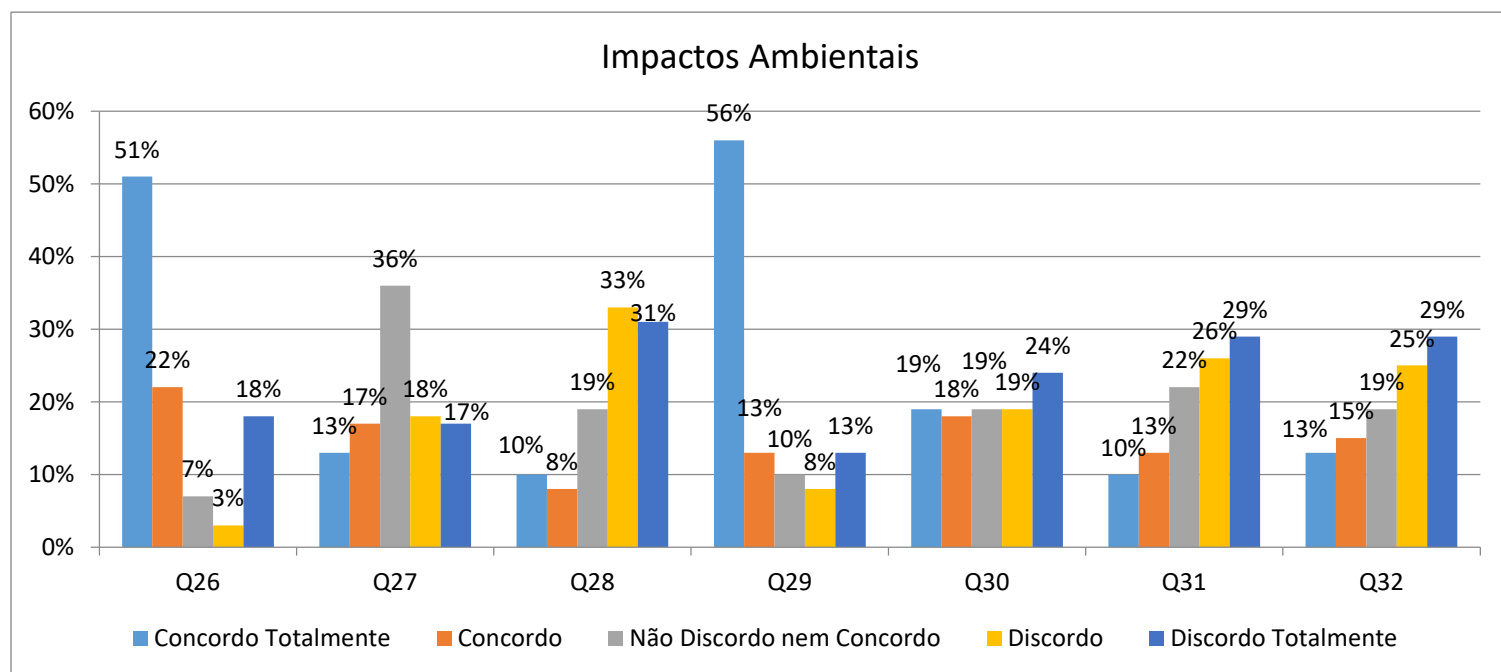
Na afirmação 29, a acessibilidade na área de intervenção é um constrangimento para residentes e comerciantes, 56% dos inquiridos concorda totalmente, 13% concorda, 10% não discorda nem concorda, 8% discorda e 13% discorda totalmente. Mais de metade dos inquiridos concorda totalmente com esta afirmação.

À afirmação 30, a acessibilidade melhorou para os turistas na área de intervenção, 19% concorda totalmente, 18% concorda, 19% não discorda nem concorda, 19% discorda e 24% discorda totalmente. A maioria dos inquiridos discorda totalmente da afirmação.

Relativamente à afirmação 31, os constrangimentos atuais na área de intervenção valem a pena para o futuro, 10% dos inquiridos concorda totalmente, 13% concorda, 22% não discorda nem concorda, 26% discorda e 29% discorda totalmente. A maioria dos inquiridos discorda totalmente da afirmação.

Por último à afirmação 32, a nível ambiental (poluição, lixo, etc.) houve uma melhoria na área de intervenção, 13% dos inquiridos concorda totalmente, 15% concorda, 19% não discordam nem concordam, 25% discorda e 29% discorda totalmente. A maioria dos inquiridos discorda totalmente desta afirmação.

Gráfico n° 17 – Impactos Ambientais



Fonte: Elaboração própria

Pela análise dos dados recolhidos, pode-se verificar que a média dos inquiridos discorda com as afirmações relativas aos impactos ambientais, podendo assim afirmar-se que tanto residentes como comerciantes, percecionam impactos negativos no que diz respeito aos impactos ambientais na área de intervenção (Tabela n° 3).

Tabela nº 4 – Estatística – Impactos Ambientais

	Percentagem dos Impactos Ambientais					Média	Mediana	Desvio Padrão
	1	2	3	4	5			
Q26	51%	22%	7%	3%	18%	2,1	1	1,496
Q27	13%	17%	36%	18%	17%	3,1	3	1,240
Q28	10%	8%	19%	33%	31%	3,7	4	1,263
Q29	56%	13%	10%	8%	13%	2,1	1	1,462
Q30	19%	18%	19%	19%	24%	3,1	3	1,453
Q31	10%	13%	22%	26%	29%	3,5	4	1,304
Q32	13%	15%	19%	25%	29%	3,4	4	1,367

Fonte: Elaboração própria

3.3 Validação das Hipóteses

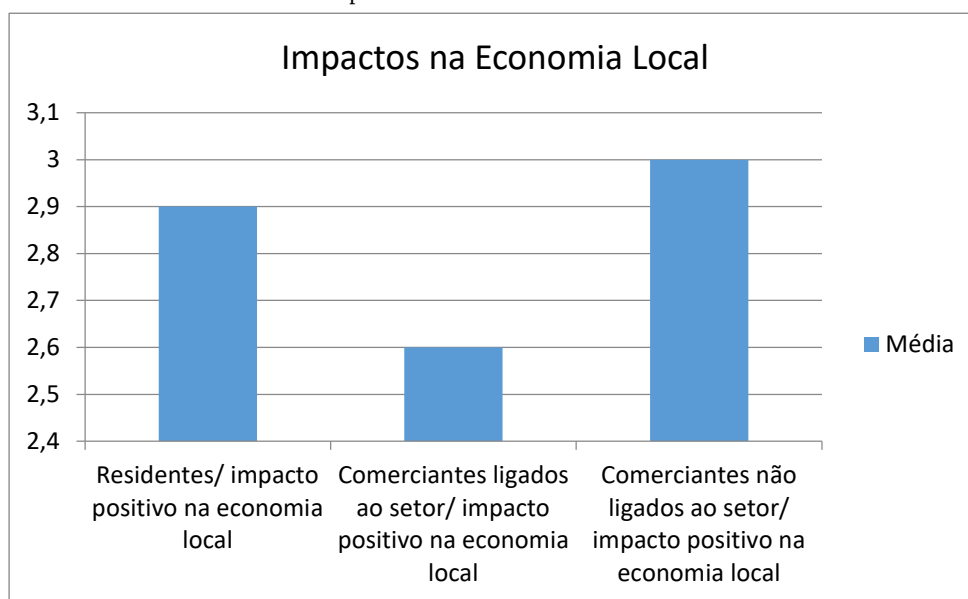
Tabela nº 5 – Validação das Hipóteses

Hipóteses	Descrição	Resultado	Questões
H1	Os residentes percecionam que o encerramento da Beira-Rio teve um impacto positivo na sua economia familiar.	Não Validada	P 23, 24, 25
H2	Os residentes percecionam que o encerramento da Beira-Rio teve um impacto positivo na economia local.	Validada	P 19, 20, 21, 22
H3	Os comerciantes com atividades ligadas ao setor percecionam que o encerramento da Beira-Rio teve um impacto positivo na sua economia familiar.	Não validada	P 23, 24, 25
H4	Os comerciantes com atividades ligadas ao setor percecionam que o encerramento da Beira-Rio teve um impacto positivo na economia local.	Validada	P 19, 20, 21, 22
H5	Os comerciantes com atividades não ligadas ao setor percecionam que o encerramento da Beira-Rio teve um impacto positivo na economia local.	Validada	P 19, 20, 21, 22
H6	Os comerciantes com atividades não ligadas ao setor percecionam que o encerramento da Beira-Rio teve um impacto positivo na sua economia familiar.	Não validada	P 23, 24, 25
H7	Os residentes percecionam que o encerramento da Beira-Rio teve um impacto social positivo.	Não validada	P 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18
H8	Os comerciantes com atividades ligadas ao setor percecionam que o encerramento da Beira-Rio teve um impacto social positivo.	Validada	P 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18
H9	Os comerciantes com atividades não ligadas ao setor percecionam que o encerramento da Beira-Rio teve um impacto social positivo.	Não validada	P 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18
H10	Os residentes percecionam que o encerramento da Beira-Rio teve um impacto ambiental positivo.	Não validada	P 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32
H11	Os comerciantes com atividades ligadas ao setor percecionam que o encerramento da Beira-Rio teve um impacto ambiental positivo.	Validada	P 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32
H12	Os comerciantes com atividades não ligadas ao setor percecionam que o encerramento da Beira-Rio teve um impacto ambiental positivo.	Não validada	P 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32
H13	Os residentes percecionam uma melhoria na qualidade de vida da comunidade após a intervenção na zona ribeirinha.	Não validada	P 14

Fonte: Elaboração própria

Pelos gráficos e tabela abaixo expostos, e tendo em conta a escala de Likert utilizada para a concordância das afirmações dos impactos, em que 1 é concordo totalmente e 5 discordo totalmente, pode-se observar que existe uma maior propensão para que os comerciantes tenham uma percepção mais positiva do que os residentes, no que diz respeito aos impactos económicos na sua economia familiar, apesar da média dos resultados obtidos não ser muito discrepante entre os dois grupos. Já os comerciantes não ligados ao setor têm uma percepção negativa em relação aos impactos na sua economia familiar.

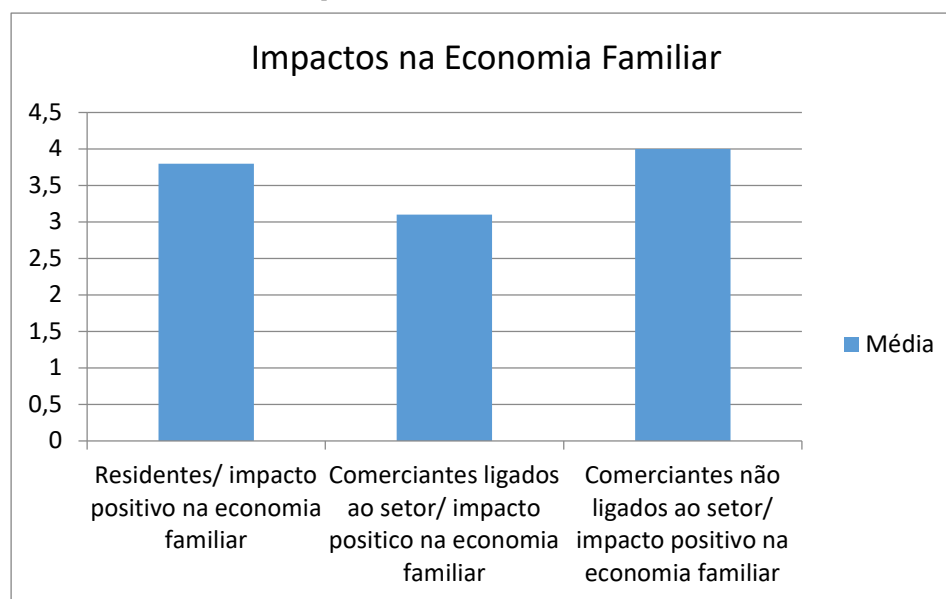
Gráfico nº 18 – Impactos na Economia Local Residentes/Comerciantes



Fonte: Elaboração própria

Relativamente à economia local, tanto residentes como comerciantes têm uma percepção mais positiva desses impactos económicos, visto que a média dos resultados obtidos foi de 2,9 para os residentes e 2,6 para os comerciantes, logo os dois grupos concordam com as afirmações relativamente aos impactos positivos na economia local. Os comerciantes não ligados ao setor, por seu lado, não percecionam impactos positivos nem negativos na economia local, visto que a média dos resultados obtidos se situar no 3, ou seja, não concordam, nem discordam.

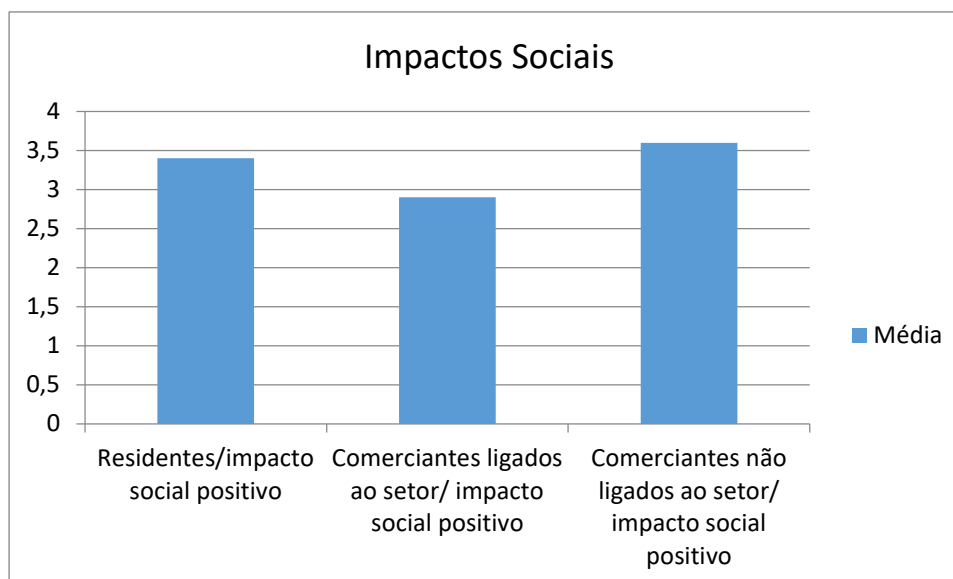
Gráfico nº 19 – Impactos Na Economia Familiar Residentes/Comerciantes



Fonte: Elaboração própria

No que diz respeito aos impactos sociais, observa-se que existe uma maior propensão para que os comerciantes tenham uma perceção mais positiva do que os residentes e do que os comerciantes não ligados ao setor.

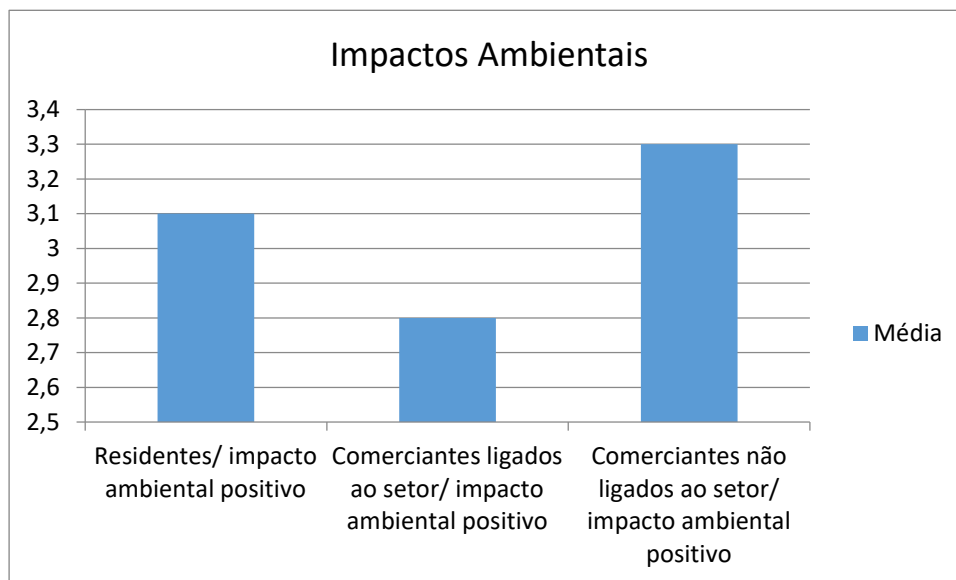
Gráfico nº 20 – Impactos Sociais Residentes/Comerciantes



Fonte: Elaboração própria

Em relação aos impactos ambientais, observa-se que, mais uma vez, os comerciantes têm uma perceção mais positiva do que os residentes e do que os comerciantes não ligados ao setor.

Gráfico nº 21 – Impactos ambientais Residentes/Comerciantes



Fonte: Elaboração própria

Por último, pode-se observar que os residentes têm uma perceção mais negativa do que positiva, no que diz respeito à melhoria na qualidade de vida da comunidade.

Pode-se concluir que as hipóteses H2, H4, H8 e H11 foram validadas pelos resultados obtidos no questionário. As restantes hipóteses (H1, H3, H5, H6, H7, H9, H10, H12 e H13) não foram validadas pelos resultados obtidos no questionário.

Conclui-se que os residentes e os comerciantes não ligados ao setor têm uma perceção mais negativa dos impactos económicos, ambientais e sociais no geral do que os comerciantes com atividades ligadas ao setor, que possuem uma perceção mais positiva dos impactos.

Tabela nº 6 – Média

Hipóteses	Descrição	Média
H1	Residentes/ impacto positivo na economia familiar	3,8
H2	Residentes/ impacto positivo na economia local	2,9
H3	Comerciantes ligados ao setor/ impacto positivo na economia familiar	3,1
H4	Comerciantes ligados ao setor/ impacto positivo na economia local	2,6
H5	Comerciantes não ligados ao setor/ impacto positivo na economia local	3
H6	Comerciantes não ligados ao setor/ impacto positivo na economia familiar	4
H7	Residentes/impacto social positivo	3,4
H8	Comerciantes ligados ao setor/ impacto social positivo	2,9
H9	Comerciantes não ligados ao setor/ impacto social positivo	3,6
H10	Residentes/ impacto ambiental positivo	3,1
H11	Comerciantes ligados ao setor/ impacto ambiental positivo	2,8
H12	Comerciantes não ligados ao setor/ impacto ambiental positivo	3,3
H13	Residentes/ melhoria na qualidade de vida	3,4

Fonte: Elaboração própria

CONCLUSÃO

Assim, após a realização desta Dissertação, pode-se concluir, que a percepção dos impactos sociais, económicos e ambientais por parte dos residentes e comerciantes da zona ribeirinha de Vila Nova de Gaia, após o encerramento da via ao trânsito automóvel são no geral negativas, assente nos resultados obtidos no questionário, que poderá ir de encontro ao estudo feito por Ryan e Montgomery (1994, cit. in Andriotis e Vaughan, 2003), onde foram encontrados baixos níveis de apoio ao turismo por parte da comunidade devido à maturidade do destino.

Denota-se no entanto, que os comerciantes com atividades ligadas ao setor possuem uma percepção ligeiramente mais positiva dos impactos económicos, ambientais e sociais, o que vai de encontro aos estudos efetuados por Haralambopoulos (1996) na ilha de Samos, que conclui que aqueles que têm algum tipo de dependência económica da indústria turística, são aqueles que têm uma atitude mais positiva relativamente ao desenvolvimento do turismo. Também o estudo feito por Andriotis e Vaughan (2003), na ilha de Creta, conclui que aqueles que beneficiam do turismo têm uma maior percepção positiva das vantagens económicas e sociais do que aqueles que não recebem quaisquer benefícios.

De referir também que relativamente à melhoria da qualidade de vida da comunidade, os residentes têm uma percepção negativa, não considerando assim que tenha existido uma melhoria da qualidade de vida da comunidade onde estão inseridos, que poderá indicar um estágio de maturação do destino, visto que mesmo que os residentes percecionem o turismo como positivamente associado à sua satisfação de vida, no estágio de maturidade esse sentimento pode tornar-se rapidamente numa percepção negativa (Kim et al., 2012).

Nesta Dissertação, foi feita uma pesquisa à literatura existente acerca do tema escolhido para a concretização deste trabalho, com a finalidade de perceber o que está a ser investigado a nível científico sobre os impactos que o turismo tem sobre as regiões e a consequente percepção desses impactos.

De seguida, foi elaborado o questionário que foi aqui apresentado e a análise dos resultados obtidos.

De salientar que a literatura existente, na sua generalidade, foca a importância de se ouvir os residentes das localidades turísticas, visto que estes são considerados *stakeholders*

no desenvolvimento do turismo nas suas comunidades. Os residentes fazem parte integrante da comunidade recetora de turistas, interagem com eles, quer através do comércio, quer através da simples interação casual de rua, onde os turistas abordam os residentes, por exemplo, para pedidos de informação. Melhor que ninguém, os residentes das localidades turísticas percecionam os impactos que o desenvolvimento do turismo acarreta, e podem assim dar um valioso contributo às entidades locais e aos promotores turísticos no planeamento estratégico do turismo. Assim, tal como Andriotis e Vaughan (2003) salientam no seu estudo, a consciência das perceções do residente sobre o desenvolvimento do turismo e dos seus impactos, pode ajudar os responsáveis a identificar as preocupações reais e as questões para uma política e ação apropriadas, otimizando os benefícios e minimizando os problemas.

A vantagem desta pesquisa foi o de tomar consciência dos impactos que alguns autores referem em relação ao turismo e que se estão a verificar na cidade de Vila Nova de Gaia, assim como o conhecimento assimilado sobre o tema com a revisão de literatura efetuada.

Ao longo da elaboração desta pesquisa notou-se alguma dificuldade na obtenção das respostas ao questionário, tendo sido necessário percorrer a zona diariamente durante os quinze dias da recolha das respostas para conseguir a obtenção dos 160 resultados. Outra das dificuldades sentidas refere-se à literatura do tema da qualidade de vida, visto não haver muitas pesquisas de carácter científico nesta área.

LIMITAÇÕES DO ESTUDO E INVESTIGAÇÕES FUTURAS

Os objetivos pretendidos foram alcançados e obtiveram-se respostas às questões levantadas, no entanto a pesquisa teve algumas limitações, nomeadamente em relação ao tempo para a elaboração da mesma, que poderia ter sido mais abrangente e precisa se o espaço temporal fosse maior, assim como a procura de literatura que abordasse os impactos do turismo na cidade de Vila Nova de Gaia, visto que os estudos efetuados nesta área não abundam.

Neste contexto seria pertinente uma investigação futura relativa ao tema, pois considera-se importante uma avaliação atempada dos impactos que o crescente turismo na cidade possa ter na região e nos habitantes locais, para que o crescimento turístico possa ser sustentável e duradouro.

É pois de extrema importância que as autoridades locais tenham a perceção do que os residentes pensam sobre a atividade turística e sobre as obras infraestruturais que se fazem no advento desta atividade, para que assim se possam satisfazer as necessidades dos turistas, sem pôr em risco a necessidade e o bem-estar dos residentes, assim como a sua qualidade de vida.

BIBLIOGRAFIA

- Aires, J. D., Pequeno, E. A. & Fortes, L. (2010). A relação entre turistas estrangeiros e residentes: o caso de ponta negra – Natal/RN. *Revista Hospitalidade*.7(2), 38-51.
- Andereck, K. L., Valentine, K. M., Knopf, R. C., & Vogt, C. A. (2005). Residents' perceptions of community tourism impacts. *Annals of tourism research*, 32(4), 1056-1076.
- Andriotis, K. & Vaughan, R. D. (2003). Urban residents' attitudes toward tourism development: the case of Crete. *Journal of Travel Research*, 42, 172-185.
- Anico, M. (2004). Património, turismo e políticas culturais autárquicas. Conflitualidade ou convergência de interesses?. In *IV Congresso Virtual de Antropologia*.
- Babbie, E. (2003). *Métodos de pesquisa de Survey-2ª reed*. Belo Horizonte: Editora UFMG
- Baldissera, L. M., & Bahl, M. (2012). Turistas e moradores locais: uma reflexão teórica dessa relação. *Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo Do Mercosul*, 1-13.
- Barbosa, L.G.M., Martelotte, M.C. & Zouain, D.M. (2006). Os impactos econômicos do turismo no município do Rio de Janeiro e suas implicações no desenvolvimento local. *Turismo-Visão e Ação*, 8(3), 397-409.
- Bernardo, E. (2015). Planeamento turístico e impactos percecionados na ilha da boa vista, Cabo Verde. *Turismo em Análise*, 4(26), 817-842.
- Bourdin, A. (2005). Turismo Patrimonial, cidade e civilização dos indivíduos. *Fórum sociológico*, 13/14, 13-29.
- Bozal, M. G. (2006). Escala mixta Likert-Thurstone. *ANDULI, Revista Andaluza de Ciencias Sociales*, (5), 81-95.
- Brunt, P. & Courtney, P. (1999). Host perceptions of sociocultural impacts. *Annals of Tourism Research*, 26(3), 493-515.
- Carneiro, M. J. & Eusébio, C. (2015). Host-tourist interaction and impact of tourism on residents' Quality of Life. *Tourism & Management Studies*, 11(1), 25-34.
- Carvalho, K. D. (2009). Turismo e preservação do património cultural na visão dos moradores do bairro da praia grande em São Luís (MA). *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 3(1), 25-45.
- Castrogiovanni, A.C. (2013). Turismo, organização e reconstrução do espaço urbano contemporâneo. *Revista Rosa dos Ventos*, 5(3), 381-389.
- Cunha, L. (2010). A Definição e o Âmbito do Turismo: um aprofundamento necessário.

- Cunha, L. (2013). *Introdução ao Turismo*. Lisboa: Lidel – edições técnicas, Lda.
- Cunha, S. K. D., & Cunha, J. C. D. (2005). Competitividade e sustentabilidade de um cluster de turismo: uma proposta de modelo sistêmico de medida do impacto do turismo no desenvolvimento local. *Revista de Administração Contemporânea*, 2(9).
- Dall'Agnol, S. (2012). Impactos do turismo X comunidade local. *VII seminário de pesquisa em turismo do Mercosul*.
- De la Calle Vaquero, M., & Hernández, M. G. (1998). Ciudades históricas: patrimonio cultural y recurso turístico. *Ería*, 47, 249-280.
- Diedrich, A. & García-Buades, E. (2008). Local perceptions of tourism as indicators of destination decline. *Tourism Management*, 30, 512-521.
- Dyer, P., Gursoy, D., Sharma, B. & Carter, J. (2006). Structural modeling of resident perceptions of tourism and associated development on the Sunshine Coast, Australia. *Tourism Management*, 28, 409-422.
- Eusébio, C., & Carneiro, M. J. (2012). Impactos socioculturais do turismo em destinos urbanos. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, (30).
- Ferreira, L. (2016). Estudo de Caso: Ilhas Baleares.
- Ferreira, L. D. (2005). Estudo analítico das variáveis da macro envolvente de um destino turístico. *Tékhné-Revista de Estudos Politécnicos*, 4, 135-147.
- Fortuna, C. (1995). Turismo, autenticidade e cultura urbana: percurso teórico, com paragens breves em Évora e Coimbra. *Revista Critica de Ciências Sociais*, 43, 11-45.
- Fortuna, C., & Ferreira, C. (1996). O turismo, o turista e a (pós) modernidade. *Oficina do CES Centro de Estudos Sociais de Coimbra*, 80, 1-17.
- Fortuna, C., & Peixoto, P. (2005). Politiques patrimoniales et réhabilitation urbaine au Portugal. *Pôle sud*, 1, 127-141.
- Freire-Medeiros, B. (2010). Entre tapas e beijos: a favela turística na perspectiva de seus moradores. *Revista Sociedade e Estado*, 25(1), 33-51.
- Freitas, H., Oliveira, M., Saccol, A. & Moscarola, J. (2000). O método de pesquisa Survey. *Revista de Administração da USP, RAUSP*, 3(35), 105-112.
- Gastal, S. & Agnol, S. (2012). Turismo em Laguna (SC): Impactos e atitude. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 6(1), 16-31.
- Gomes, C.S. (2012). Novas imagens para velhas cidades? Coimbra, Salamanca e o turismo nas cidades históricas. *Sociologis, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 23, 37-49.

- Haley, A.J., Snaith, T. & Miller, G. (2004). The social impacts of tourism: a case study of Bath, UK. *Annals of Tourism Research*, 32(3), 647-668.
- Haralambopoulos, N. & Pizam, A. (1996). Perceived impacts of tourism: The case of Samos. *Annals of Tourism Research*, 23(3), 503-526.
- Heidemann, L., Oliveira, Â., & Veit, E. (2010). Ferramentas online no ensino de ciências: uma proposta com o Google Docs. *Física na escola*. São Paulo. 2(11), 30-33.
- Hernández, M.G. (2000). Turismo y medio ambiente en ciudades históricas. De la capacidad de acogida turística a la gestión de los flujos de visitantes. *Anales de Geografía de la Universidad Complutense*, 20, 131-148.
- Hernandez, S. A., Cohen, J. & Garcia, H. L. (1996). Residents' attitudes towards an instant resort enclave. *Annals of Tourism Research*, 23(4), 755-779.
- Júnior, S. D., & Costa, F. J. (2014). Mensuração e escalas de verificação: uma análise comparativa das escalas de Likert e Phrase Completion. *PMKT–Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia*, 15, 1-16.
- Jurowski, C. & Gursoy, D. (2004). Distance effects on residents' attitudes toward tourism. *Annals of Tourism Research*, 31(2), 296-312.
- Kim, K., Uysal, M. & Sirgy, M. J. (2012). How does tourism in a community impact the quality of life of community residents?. *Tourism Management*, 36, 527-540.
- Marins, S. R., Mayer, V. F. & Fratucci, A. C. (2014). Impactos percebidos del turismo un studio comparative con residents y trabajadores del sector en Rio de Janeiro – Brasil. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 24, 115-134.
- Moura, D., Guerra, I., Seixas, J., & Freitas, M. J. (2006). A revitalização urbana: contributos para a definição de um conceito operativo. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 12-13, 15-34.
- Oliveira, I. & Harb, A. (2013). O olhar dos residentes sobre o turismo desenvolvido na comunidade Marcos Freire no Município de presidente Figueiredo no estado do Amazonas. *IX Congresso Nacional de Excelência em Gestão*.
- Oliveira, M. D. R. B., & Salazar, A. M. (2011). Os impactos do turismo: o caso da viagem medieval de Santa Maria da Feira. *Tourism & Management Studies*, (1), 744-765.
- Organização Mundial do Turismo (1999). *O Código Mundial de Ética do Turismo*.
Acedido em 12 de Fevereiro de 2018, em:
<https://ethics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/portugal.pdf>.

- Paes, M. T. D. (2009). Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais: um olhar geográfico. *Turismo de base comunitária–diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Ed. Letra e Imagem, 162-176.
- Peixoto, P. (2017). Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 13.
- Perim, T. M. P., Caetano, M., Costa, S. H. B., Pimenta, D. P., & Almeida, C. F. (2017). Correlações entre transporte e desenvolvimento econômico aplicadas ao turismo: uma análise a partir do município de Calda Novas/GO-Brasil. *Revista Gestão & Planejamento*, 18, 256-272.
- Pimenta, P. (2017). *Gaia quer taxa de dois euros por noite a partir de Abril de 2018*. Acedido em 14 de Fevereiro de 2018, no Web site do Jornal Público: <https://www.publico.pt/2017/12/15/local/noticia/gaia-pretende-aplicar-taxa-turistica-de-dois-euros-por-dormida-a-partir-de-abril-1796144#gs.vbN5GVTu>
- Pordata (2018), *Números dos Municípios e Regiões de Portugal*. Acedido em 14 de Fevereiro de 2018, em: [https://www.pordata.pt/Municipios/Quadro+Resumo/Vila+Nova+de+Gaia+\(Município\)-232457](https://www.pordata.pt/Municipios/Quadro+Resumo/Vila+Nova+de+Gaia+(Município)-232457).
- Ruschmann, D. (1997). *Turismo e planeamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas, SP: Papirus Editora.
- Silva, E. P. (2000). Património e identidade. Os desafios do turismo cultural. *Antropológicas*, 4, 217-224.
- Silva, L. (2007). Os Impactos Locais do Turismo. *Tourism & Management Studies*, 3, 86-96.
- Talavera, A.S. (2003). Patrimonios culturales y turistas: unos leen lo que otros miran. *Pasos Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 1(1), 1-12.
- Talavera, A.S. (2003). Turismo cultural, culturas turísticas. *Horizontes antropológicos*, 9(20), 31-57.
- Theobald, W. (1998). *Global Tourism-2nd edition*. Oxford: Butterworth-Heinemann.
- Tosta, E., & Kunz, J. G. (2014). Mobilidade e turismo: construindo um mapa conceitual. *Anais do Encontro Semintur Júnior*.
- Turismo de Portugal (2017). *Estratégia de Turismo 2027 – Liderar o turismo do futuro*. Lisboa: Turismo de Portugal I.P.

- United Nations World Tourism Organization (2003). *UNWTO Tourism Highlights 2003 Edition*. Madrid: UNWTO
- United Nations World Tourism Organization (2017). *UNWTO Tourism Highlights 2017 Edition*. Madrid: UNWTO
- United Nations, World Tourism Organization, 1994, Recommendations on Tourisme Statistics, Serie M, 83, United Nations, New York 1994
- Vargas-Sánchez, A., Porras-Bueno, N. & de los Ángeles Plaza-Mejía, M. (2014). Residents' attitudes to tourism and seasonality. *Journal of Travel Research*, 53(5), 581-596.
- Vieira, R., & Morastoni, R. (2013). Qualidade das calçadas na cidade de Camboriú/SC: em busca da acessibilidade e mobilidade sustentável para área turística. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 7(2), 239-259.
- Wang, Y., & Pfister, R. E. (2008). Residents' attitudes toward tourism and perceived personal benefits in a rural community. *Journal of Travel Research*, 47(1), 84-93.

ANEXOS

INQUÉRITO

Perceção dos Residentes e Comerciantes dos Impactos de Turismo na área ribeirinha de Vila Nova de Gaia

**Inquérito realizado no âmbito da Dissertação de
Mestrado da Universidade Lusófona do Porto**

As informações recolhidas neste inquérito são
anónimas e terão um uso exclusivamente
académico.

Obrigada desde já pela sua colaboração!



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO

A) Características Sociodemográficas					
1	Residentes na área de intervenção	Sim ____	Não ____		
2	Comerciantes	Sim ____	Não ____		
3	Há quanto tempo reside	1 ano	2 a 5	6 a 10	11 a 15
					> de 15
4	Há quanto tempo é comerciante nesta área	1 ano	2 a 5	6 a 10	11 a 15
					> de 15
5	Ocupação	Proprietário		Colaborador	
	Atividade ligadas à restauração				
	Atividade ligadas à hotelaria				
	Outras atividades ligadas ao turismo				
	Atividades ligadas ao comércio				
	Atividades não relacionadas com o turismo				
6	Residentes e comerciantes foram ouvidos sobre as obras a efetuar, e tiveram uma palavra a dizer.	Sim	Não		
7	Idade	18-30	31-50	51-65	> 65
8	Habilitações Literárias	Ensino Básico	Ensino Secundário	Licenciatura	Mestrado
					Doutoramento
9	Rendimento mensal	580€ - 700€	701€ - 1.000€	> de 1.000€	

B) Impactos do turismo na área de intervenção					
Numa escala de 1 a 5, em que 1 é Concordo Totalmente, 2 Concordo, 3 Não discordo nem Concordo, 4 Discordo e 5 Discordo Totalmente , avalie as seguintes afirmações:					
Impactos Sociais					
10	O turismo encoraja a população local a fazer atividades culturais (ex. artesanato, artes, música).	1	2	3	4
11	O turismo impulsionou o crescimento de infraestruturas culturais para a população local.				
12	O turismo impulsionou o crescimento de infraestruturas de transportes para a população				

	local.					
13	O turismo impulsionou o crescimento de infra-estruturas de saúde e educação para a população local.					
14	O dinheiro produzido pelo turismo é benéfico para a qualidade de vida da comunidade da área de intervenção.					
15	O aumento do turismo criou uma maior interação entre as pessoas (convivência em espaço público).					
16	O aumento do turismo não está a afastar os residentes da área de intervenção.					
17	Os residentes frequentam o comércio (compras, restaurantes) da área de intervenção.					
18	O comércio na área de intervenção é maioritariamente frequentado por turistas.					
	Impactos Económicos					
	O turismo gera mais receitas na área de intervenção.					
19	O aumento do turismo cria emprego para os residentes na área de intervenção.					
20	Os preços de muitos produtos e serviços da área de intervenção não aumentaram por causa do turismo.					
21	O turismo atrai mais investimentos na região.					
22	O desenvolvimento do turismo na área de intervenção teve um impacto positivo no meu rendimento mensal.					
23	O poder de compra das famílias da área de intervenção melhorou.					
24	O turismo teve impacto positivo na minha economia familiar.					
	Impactos Ambientais					
25	A comunidade local deve ter uma palavra a dizer sobre o desenvolvimento do turismo.					
26	O turismo incentiva a conservação dos recursos naturais.					
27	A construção de hotéis e outras instalações turísticas não tem implicações negativas no ambiente natural da região.					
28	A acessibilidade na área de intervenção é um constrangimento para residentes e comerciantes.					
29	A acessibilidade melhorou para os turistas na área de intervenção.					
30	Os constrangimentos atuais na área de intervenção valem a pena para o futuro.					
31	A nível ambiental (poluição, ruído, lixo, etc) houve uma melhoria na área de intervenção.					
32						